



Monitor **ODS Pará**

Observatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



20
25



Monitor **ODSPará**

Observatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Relatório Municipal ODS 2025 **Porto de Moz**



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

Helder Zahluth Barbalho
Governador do Estado do Pará

**FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A
ESTUDOS E PESQUISAS - FAPESPA**

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Deyvison Andrey Medrado Gonçalves
Diretor Científico

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Atyliana do Socorro Leão Dias dos Santos
Diretora de Estatística, Tecnologia e Gestão
da Informação

Luziane Cravo Silva
Diretora de Pesquisas e Estudos Ambientais

Juliano Gotardo Pancieri
Diretor Administrativo

Nicolau Sávio de Oliveira Ferrari
Diretor de Operações Técnicas

Osvaldo Trindade Carvalho
Diretor de Planejamento, Orçamento e Finanças

EXPEDIENTE

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Marcelo Santos Chaves
Coordenador de Estudos Econômicos
e Análise Conjuntural

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza – FAPESPA
Coordenador Geral da Pesquisa

Marcelo Santos Chaves – FAPESPA
Coordenação Técnica

**Coordenadoria de Estudos Econômicos
e Análise Conjuntural - CEEAC/FAPESPA**
Revisão Técnica

**Centro Educacional de Tecnologia Social
da Amazônia – AMAZON CETEC**
Organização

ÍNDICE

Introdução	8
Objetivo 1 - Erradicação da Pobreza.....	9
1 – Evolução da Taxa de Pobreza.....	9
2 – Despesas Públicas com Serviços Essenciais.....	10
Objetivo 2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável.....	11
3 – Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer.....	12
4 – Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare).....	13
Objetivo 3 - Boa Saúde e Bem-Estar.....	14
5 – Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos).....	14
6 – Número de Médicos por 10 mil habitantes.....	15
Objetivo 4 - Educação de Qualidade.....	17
7 – Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes.....	17
8 – Percentual de Escolas com Acesso à Internet.....	18
Objetivo 5 - Igualdade de Gênero.....	19
9 – Violência Contra a Mulher por Parceiros.....	19
10 – Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres.....	20
Objetivo 6 - Água Potável e Saneamento.....	22
11 – Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto.....	22
12 – Gasto Municipal com Saneamento per capita.....	23



	Objetivo 7 - Energia Limpa e Acessível.....	24
13 – Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.).....	24	
14 – Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.....	25	
	Objetivo 8 – Emprego Decente e Crescimento Econômico.....	27
15 – Empregos Formais por Mil Habitantes.....	27	
16 – PIB per capita.....	28	
	Objetivo 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura.....	29
17 – Valor Adicionado da Indústria (% do PIB).....	30	
18 – Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.....	31	
	Objetivo 10 – Redução das Desigualdades.....	32
19 – Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).....	33	
	Objetivo 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis.....	34
20 – Acesso à Telefonia Móvel.....	34	
21 – Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental.....	35	
	Objetivo 12 – Consumo e Produção Responsáveis.....	36
22 – Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo.....	37	
23 – População de Baixa Renda com fossa rudimentar.....	38	
	Objetivo 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima.....	39
24 – Gastos per capita com prevenção de desastres.....	39	
	Objetivo 14 – Vida na Água.....	41
25 – Despesa per capita com preservação aquática.....	41	
	Objetivo 15 – Vida Terrestre.....	42
26 – Percentual da Área de Floresta em relação à área total.....	43	
27 – Percentual da Área Desmatada em relação à área total.....	44	
	Objetivo 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes.....	45
28 – Trabalho Infantil por 100 mil habitantes.....	45	
29 – Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.....	46	
	Objetivo 17 – Parcerias e Meios de Implementação.....	47
30 – Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB.....	48	
31 – Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.).....	49	
	Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS).....	50
Anexo I - Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027.....	51	

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução da Taxa de Pobreza, Porto de Moz x RI Xingu x Pará (2019-2023)	10
Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Porto de Moz x RI Xingu x Pará (2019-2023)	11
Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Porto de Moz x RI Xingu x Pará (2019-2023)	12
Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Porto de Moz x RI Xingu x Pará (2019-2023)	13
Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Porto de Moz x RI Xingu x Pará (2019-2023)	15
Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Porto de Moz x RI Xingu x Pará (2019-2023)	16
Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Porto de Moz x RI Xingu x Pará (2019-2023)	18
Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Porto de Moz x RI Xingu x Pará (2019-2023)	19
Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Porto de Moz x RI Xingu x Pará (2019-2023)	20
Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Porto de Moz x RI Xingu x Pará (2019-2023)	21
Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Porto de Moz x RI Xingu x Pará (2019-2023)	23
Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Porto de Moz x RI Xingu x Pará (2019-2023)	24
Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), Porto de Moz x RI Xingu x Pará (2019-2023)	25



LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Porto de Moz x RI Xingu x Pará (2019-2023)	26
Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, Porto de Moz x RI Xingu x Pará (2019-2023).....	28
Gráfico 16 - PIB per capita, Porto de Moz x RI Xingu x Pará (2018-2022).....	29
Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Porto de Moz x RI Xingu x Pará (2018-2022)	31
Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Porto de Moz x RI Xingu x Pará (2019-2023)	32
Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB), Porto de Moz x RI Xingu x Pará (2019-2022)	33
Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, Porto de Moz x RI Xingu x Pará (2019-2023)	35
Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Porto de Moz x RI Xingu x Pará (2019-2023)	36
Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Porto de Moz x RI Xingu x Pará (2019-2023)	37
Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Porto de Moz x RI Xingu x Pará (2019-2023)	38
Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres, Porto de Moz x RI Xingu x Pará (2019-2023)	40
Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, Porto de Moz x RI Xingu x Pará (2019-2023)	42
Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Porto de Moz x RI Xingu x Pará (2019-2023)	43
Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Porto de Moz x RI Xingu x Pará (2019-2023).....	44
Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Porto de Moz x RI Xingu x Pará (2019-2023)	46
Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Porto de Moz x RI Xingu x Pará (2019-2023)	47
Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Porto de Moz x RI Xingu x Pará (2018-2022)	48
Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Porto de Moz x RI Xingu x Pará (2019-2023)	49
Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Porto de Moz x RI Xingu x Pará (2025)	50



INTRODUÇÃO

AAgenda 2030, aprovada em 2015 durante a Cúpula de Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Geral das Nações Unidas, representa um compromisso assumido globalmente para promover o desenvolvimento sustentável em suas dimensões social, econômica e ambiental. Como resultado desse acordo internacional, foram estabelecidos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas, com início de implementação em 2016, por meio de um plano de ação integrado. Esse plano prevê a colaboração ativa de diversos setores – governos, sociedade civil, setor privado, academia e o sistema das Nações Unidas – e reconhece a erradicação da pobreza como o principal desafio a ser enfrentado, o que justifica sua posição como o primeiro dos ODS.

Alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, o **Monitor ODS Pará 2025** constitui um importante instrumento de acompanhamen-

to e avaliação das metas da Agenda 2030 nos 144 municípios paraenses. A iniciativa é resultado do Observatório ODS-FAPESPA, vinculado à Diretoria de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas e Análise Conjuntural (DIEPSAC), conforme instituído pela Portaria nº 020/2020 – GAB/FAPESPA.



O objetivo do Monitor é consolidar relatórios e análises de dados que permitam compreender o desempenho local em relação aos 17 ODS, oferecendo uma base confiável para o planejamento estratégico e a formulação de políticas públicas mais eficazes.

A análise apresentada neste documento baseia-se em um conjunto de 88 indicadores socioeconômicos e ambientais, vinculados às metas específicas da Agenda 2030. A seleção desses indicadores teve como objetivo refletir, de maneira clara e objetiva, os avanços e os desafios enfrentados pelo município em diversas áreas, como saúde, educação, meio ambiente, infraestrutura e igualdade social.

Dessa forma, este relatório tem como propósito fortalecer a cultura de monitoramento e avaliação contínua, contribuindo para uma gestão pública mais transparente, eficiente e alinhada com o compromisso de promover o desenvolvimento sustentável no município de **Porto de Moz (PA)**.



ODS 1 ERRADICAÇÃO DA POBREZA

Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 1 (ODS 1) tem como meta eliminar a pobreza em todas as suas formas e em todos os lugares, por meio da erradicação da pobreza extrema e da redução pela metade da população em situação de vulnerabilidade, tanto monetária quanto não monetária. O avanço da pobreza, além de ser injustificável, compromete a dignidade de milhões de pessoas, gerando

desigualdades que fragilizam a coesão social e dificultam o progresso econômico. Entre as principais causas da pobreza estão o desemprego, a exclusão social e a alta vulnerabilidade de certos grupos a desastres naturais e doenças, fatores que agravam a desigualdade e contribuem para a desnutrição, o acesso limitado à educação, a discriminação e outros obstáculos ao desenvolvimento humano.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 1**: Evolução da Taxa de Pobreza e as Despesas Públicas com Serviços Essenciais.



Evolução da Taxa de Pobreza

No município de Porto de Moz, a taxa de pobreza manteve-se relativamente estável entre 2019 e 2021, girando em torno de 60%, mas apresentou um expressivo aumento em 2022, chegando ao pico de aproximadamente 62%, seguido por uma redução significativa em 2023, com o indicador recuando para 54,5%. Esse movimento de elevação abrupta e posterior queda sugere efeitos conjunturais, possivelmente associados à pandemia e seus reflexos econômicos, seguidos por políticas de recuperação ou reestruturação da renda local. Ainda assim, o patamar final permanece elevado em comparação ao Estado (Gráfico 1).

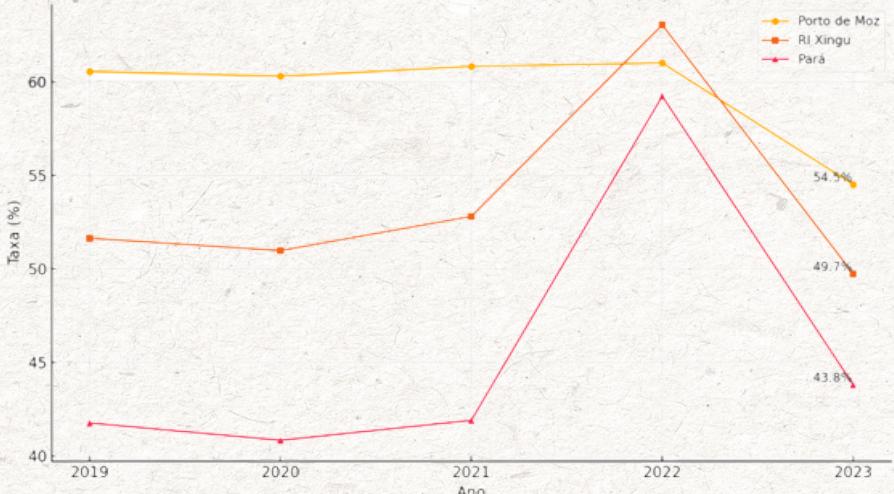


Na Região de Integração Xingu, o comportamento da taxa de pobreza seguiu padrão semelhante, embora com menor intensidade. Após uma leve oscilação entre 2019 e 2021, observou-se um salto expressivo em 2022, ultrapassando 61%, com recuo para 49,7% em 2023. Esse ciclo reforça a hipótese de um impacto regionalizado de fatores socioeconômicos adversos em 2022, com melhora posterior. O padrão de recuperação parece mais acentuado na RI do que no município, indicando eventuais diferenças nas políticas públicas implementadas localmente (Gráfico 1).



No estado do Pará, a trajetória foi similar, com uma relativa estabilidade entre 2019 e 2021, seguido de um aumento abrupto em 2022 (chegando a 59,2%), e queda para 43,8% em 2023. Ainda que a redução tenha sido significativa, o nível de pobreza permanece elevado. A sincronia entre os três níveis territoriais sugere que o fenômeno teve causas estruturais comuns, mas com maior gravidade no interior, especialmente em Porto de Moz, onde a taxa de pobreza se manteve acima da média estadual durante todo o período analisado (Gráfico 1).

Gráfico 1 - Evolução da Taxa de Pobreza, Porto de Moz x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 54,5%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Despesas Públicas com Serviços essenciais

Em Porto de Moz, o percentual de despesas públicas com serviços essenciais iniciou o período em um elevado patamar (acima de 85% em 2019), mas apresentou tendência de queda ao longo dos anos, atingindo 75,9% em 2023. Apesar da leve recuperação em 2021, o indicador não conseguiu retomar os níveis anteriores, sugerindo uma possível reorientação orçamentária ou redução da capacidade fiscal do município. Essa retração pode ter influenciado diretamente a elevação da pobreza em 2022, ao comprometer a manutenção de políticas sociais (Gráfico 2).

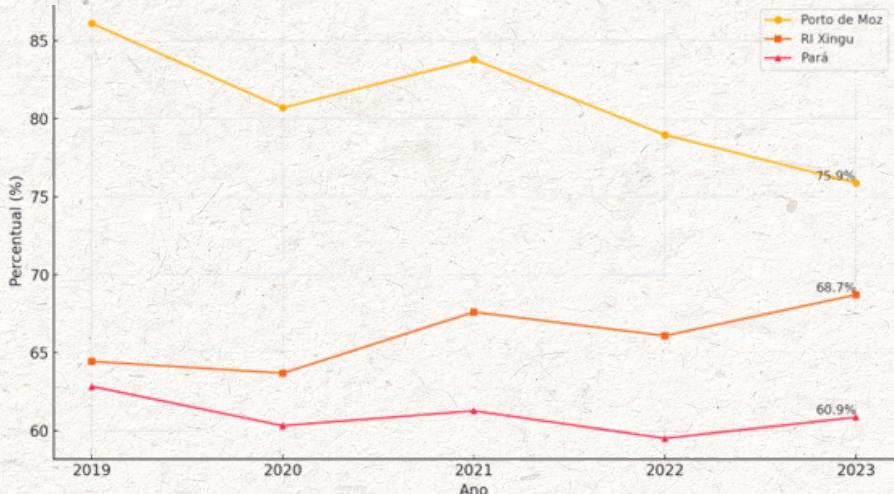
Na RI Xingu, observa-se uma trajetória mais moderada. O percentual de despesas com serviços essenciais iniciou em 64,3% em 2019, sofreu uma pequena queda em 2020, mas se recuperou em 2021 e voltou a crescer em 2023, encerrando o período em 68,7%. Esse padrão, com variações menos acentuadas e uma retomada positiva ao final do período, pode ter contribuído para a queda mais acentuada da taxa de pobreza na RI em 2023, quando comparada a Porto de Moz (Gráfico 2).

Já no estado do Pará, o comportamento foi relativa-

mente estável, variando entre 59% e 63%, e encerrando 2023 com 60,9%. Ainda que o percentual seja inferior ao observado nas demais escalas, a estabilidade sugere manutenção do comprometimento com os serviços essenciais, o que pode ter ajudado a reduzir os efeitos da crise social no estado. A comparação entre os três níveis evidencia a importância da consistência nas políticas públicas para enfrentar a pobreza, com destaque para a maior vulnerabilidade dos municípios com redução proporcional dos gastos sociais (Gráfico 2).



Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Porto de Moz x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 75,9%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 70%. Portanto, a meta foi alcançada.

Fonte: STN.

ODS 2 FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

O Objetivo 2 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU tem como foco garantir o acesso universal a uma alimentação de qualidade. Essa meta é essencial para a construção de um futuro mais justo e equilibrado para o planeta e todos os seus habitantes. Por isso, erradicar a fome, assegurar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável são prioridades desse objetivo.

Segundo a definição da Organização das Nações Unidas,

há segurança alimentar quando todas as pessoas, em qualquer momento, têm acesso físico, social e econômico a alimentos suficientes, seguros e nutritivos, que atendam às suas necessidades dietéticas e preferências alimentares, permitindo uma vida ativa e saudável. Quando essas condições não são atendidas, ocorre a chamada insegurança alimentar ou, de forma mais direta, a fome.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 2**: Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer e Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare).

Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável.



Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer

No município de Porto de Moz, a prevalência de crianças com baixo peso ao nascer apresentou uma trajetória de alta entre 2019 e 2022, iniciando em 6% e alcançando 7%. Esse crescimento contínuo ao longo do período pode refletir condições socioeconômicas desfavoráveis, acesso limitado a serviços de saúde materno-infantil ou carências nutricionais. Em 2023, há uma leve melhora com queda para 7%, o que ainda assim mantém o município acima do ideal, indicando um desafio persistente na área da saúde perinatal (10%) (Gráfico 3).

Na Região de Integração Xingu, o comportamento foi mais instável, com crescimento ex-

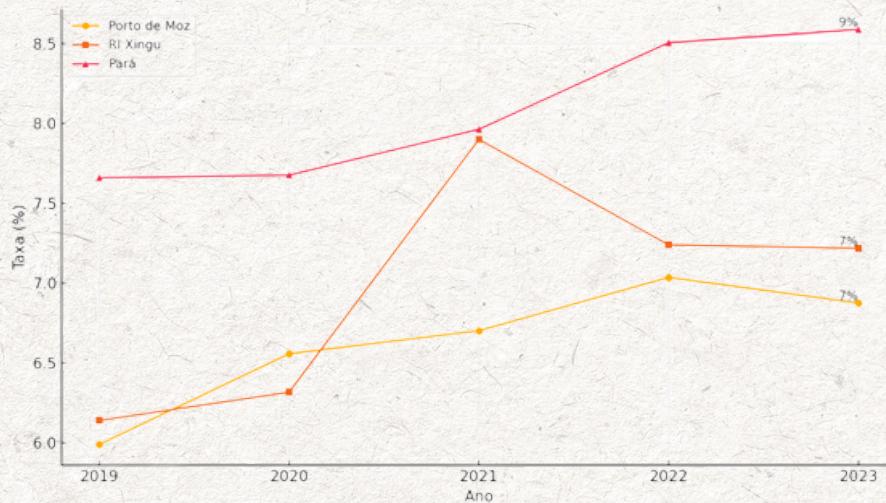
pressivo entre 2019 e 2021, saindo de 6,1% para 7,9%, seguido de queda para 7% nos dois últimos anos. O pico de 2021 pode estar associado a um acúmulo de fatores de risco nos primeiros anos da pandemia, mas a redução posterior sugere possível reforço de políticas públicas ou melhoria no atendimento de gestantes e recém-nascidos. Ainda assim, o patamar final em 2023 permanece preocupante e acima dos níveis de 2019 (Gráfico 3).

Já no estado do Pará, o indicador iniciou em 7,6% em 2019 e seguiu trajetória ascendente até atingir 9% em 2023. O crescimento contínuo em todos os anos reflete uma

tendência estadual negativa, revelando que o problema não é isolado, mas sim estruturante. A ausência de reversão da curva indica fragilidade sistêmica no enfrentamento da questão, demandando políticas públicas mais robustas voltadas à saúde materno-infantil e à redução da desigualdade de acesso a serviços de qualidade durante a gestação (Gráfico 3).



Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Porto de Moz x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 7%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare)

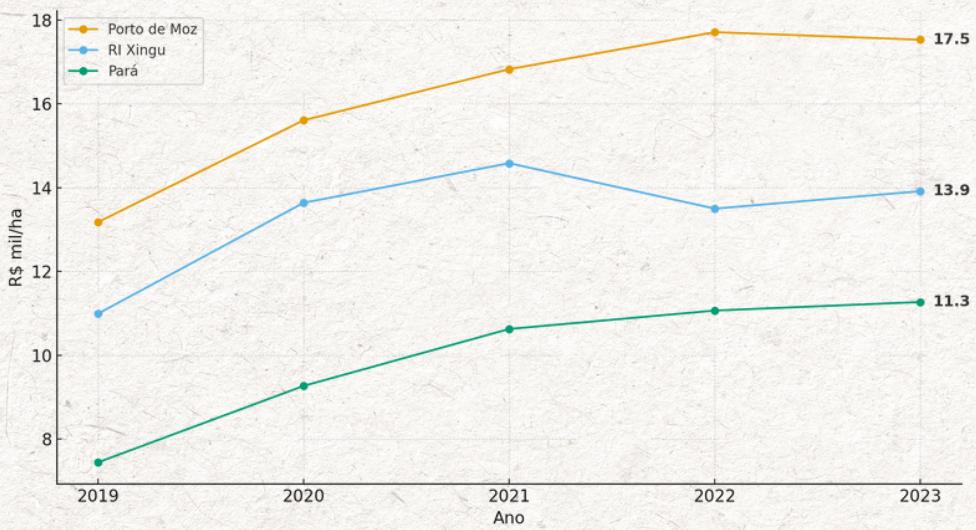
Entre 2019 e 2023, o município de Porto de Moz apresentou trajetória consistente de crescimento na produtividade agrícola. Em 2019, o valor era de R\$ 13,2 mil/hectare e passou para R\$ 15,6 mil/ha em 2020, refletindo avanço expressivo em eficiência produtiva. O indicador manteve alta em 2021, alcançando R\$ 16,7 mil/ha, e atingiu o pico em 2022, com R\$ 17,7 mil/ha. Em 2023, houve leve redução para R\$ 17,5 mil/ha, mantendo-se, contudo, em patamar elevado. O resultado demonstra consolidação do setor agrícola local,

sustentado por técnicas aprimoradas de cultivo e estabilidade nas condições produtivas (Gráfico 4).

Na Região de Integração Xingu, a produtividade cresceu de R\$ 11,0 mil/hectare em 2019 para R\$ 13,9 mil/ha em 2023, com ligeira oscilação entre 2021 e 2022. O estado do Pará também seguiu tendência ascendente, partindo de R\$ 7,4 mil/ha em 2019 e chegando a R\$ 11,3 mil/ha em 2023. Comparativamente, Porto de Moz manteve-se muito acima das médias regional e estadual, configurando-se como um dos municípios de

maior desempenho produtivo do Xingu. Essa evolução continua reflete um ambiente agrícola mais estruturado e de alto rendimento, consolidando o município como referência na região (Gráfico 4).

Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Porto de Moz x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 17,5 mil/ha, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 18 mil/ha. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.





ODS 3 BOA SAÚDE E BEM-ESTAR

A Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu a Saúde e o Bem-Estar como uma de suas principais metas a serem alcançadas até 2030. Para a ONU, saúde não se resume apenas à ausência de doenças, mas envolve o completo bem-estar físico, mental e social. Isso significa que promover a saúde exige a atuação conjunta de indivíduos, da sociedade e do poder público. Para isso, são necessárias ações em diversas frentes, com metas claras e específicas voltadas para esse objetivo.

especialmente sensível a variações contextuais (Gráfico 5).

Na Região de Integração Xingu, a taxa de mortalidade infantil seguiu uma trajetória mais estável, embora também com variações. Em 2019, o valor estava em torno de 16,0, com queda para 13,0 em 2020 e novo aumento em 2021 para 17,5, seguido de quedas sucessivas em 2022 e 2023, atingindo 12,0 ao final do período. O comportamento do indicador revela certa recuperação dos níveis após um pico em 2021, possivelmente associado aos efeitos da pandemia sobre a rede de atenção básica, mas com uma tendência positiva de redução nos dois últimos anos (Gráfico 5).

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 3**: Taxa de Mortalidade (por mil nascidos vivos) e Número de Médicos por 10 mil habitantes.

Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.

Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos)

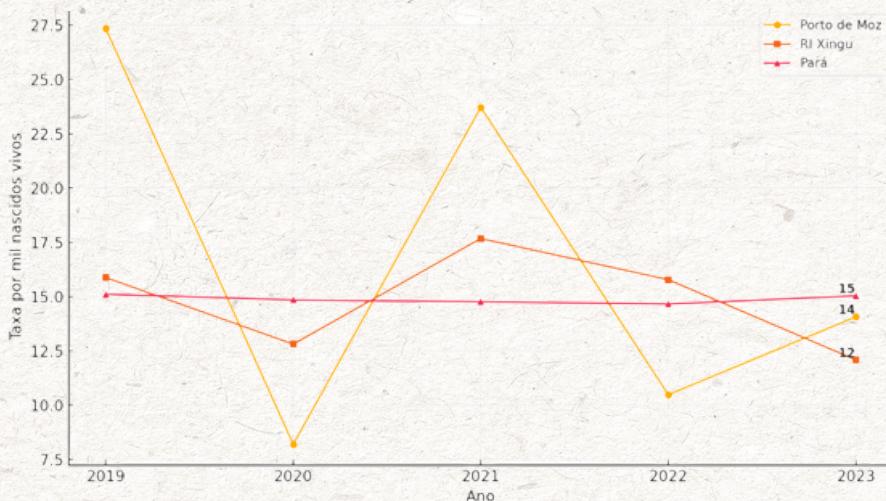
Em Porto de Moz, a taxa de mortalidade infantil apresentou oscilações acentuadas entre 2019 e 2023. O indicador começou em um patamar elevado, com cerca de 27,5 por mil nascidos vivos em 2019, caiu drasticamente para 8,2 em 2020, e voltou a subir para 23,6 em 2021. Nos anos seguintes, houve nova queda, com a taxa atingindo 10,6 em 2022 e subindo levemente para 14,2 em 2023. Essas variações bruscas indicam possível instabilidade nos registros ou grande vulnerabilidade nos serviços de saúde infantil e pré-natal, tornando o comportamento do indicador





O estado do Pará manteve-se mais estável ao longo do período, com taxas em torno de 15,0 por mil nascidos vivos. Pequenas oscilações foram registradas, com ligeira queda de 15,1 em 2019 para 14,6 em 2022, e leve aumento para 15,0 em 2023. Essa estabilidade relativa, comparada à volatilidade dos dados municipais, pode refletir uma maior robustez na cobertura de saúde pública em nível estadual, ainda que o patamar permaneça acima do ideal, demonstrando persistência de desafios estruturais na área da saúde infantil no Pará (Gráfico 5).

Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Porto de Moz x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 14 Óbitos/Mil Nascido Vivos, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Óbitos/Mil Nascido Vivos. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Número de Médicos por 10 mil habitantes

O município de Porto de Moz apresentou números extremamente baixos de médicos por 10 mil habitantes ao longo do período, com valores entre 1,6 e 2,0, indicando sérias limitações no acesso à atenção médica local. A taxa iniciou em 1,7 em 2019, manteve-se praticamente estável até 2021, caiu para 1,5 em 2022 e subiu ligeiramente para 2,0 em 2023. Esses números revelam um quadro crítico de subdimensionamento da força de trabalho médica, o que pode impactar diretamente nos indicadores de saúde infantil e mortalidade, como observado anteriormente

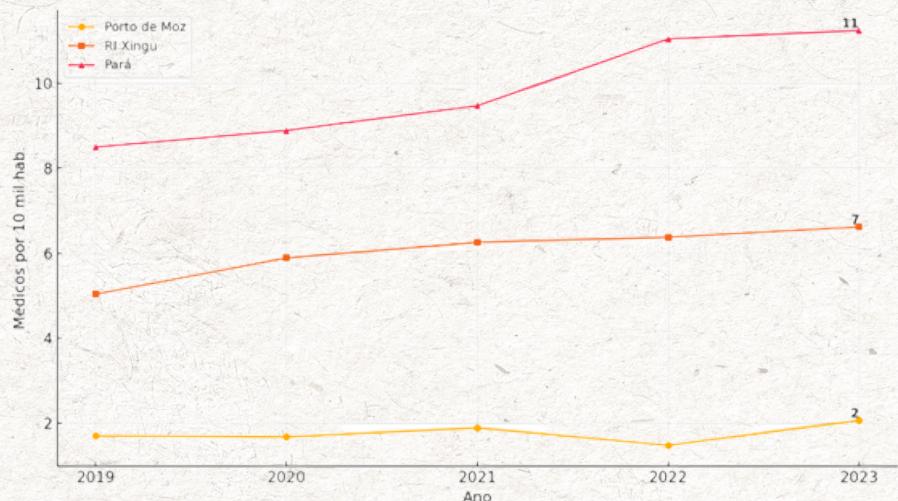
(Gráfico 6).

Na Região de Integração Xingu, o crescimento do número de médicos foi mais consistente, saindo de 5,1 médicos por 10 mil habitantes em 2019 para 7,0 em 2023. O aumento gradual indica esforços na ampliação da cobertura de saúde, possivelmente por meio de políticas de interiorização médica ou ampliação de serviços contratualizados. Embora os níveis ainda estejam abaixo de padrões ideais, o progresso regional pode estar contribuindo para melhorias nos indicadores de saúde populacional (Gráfico 6).



Em nível estadual, o Pará apresentou evolução significativa no número de médicos por 10 mil habitantes, passando de 8,5 em 2019 para 11,0 em 2023. Essa trajetória indica avanços na interiorização de profissionais ou na ampliação da capacidade da rede pública e privada de saúde. Apesar disso, as disparidades em relação a municípios como Porto de Moz continuam acentuadas, demonstrando a desigualdade na distribuição de profissionais de saúde entre diferentes territórios e a urgência de políticas de equidade regional (Gráfico 6).

Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Porto de Moz x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 2 Médicos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 10 Médicos/Mil Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.





ODS 4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

O Objetivo 4 busca assegurar uma educação de qualidade, inclusiva e acessível a todas as pessoas, reconhecendo-a como uma das ferramentas mais eficazes para promover o desenvolvimento sustentável. Através da educação, é possível combater a pobreza, reduzir desigualdades e transformar realidades.

Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes

O município de Porto de Moz apresenta, ao longo de todo o período analisado, um número significativamente superior de vagas no ensino público por mil habitantes em comparação à Região de Integração Xingu e ao estado do Pará. Apesar de uma leve oscilação entre 2019 e 2022 – variando de 374 para 377 vagas –, observa-se uma queda mais expressiva em 2023, quando o índice recua para 352. Esse declínio pode indicar retração na oferta educacional, seja por contenção orçamentária, redução populacional escolarizada ou reestruturação da rede pública local (Gráfico 7).

Na Região de Integração Xingu, o indicador manteve relativa estabilidade entre 2019

e 2022, girando em torno de 268 a 271 vagas por mil habitantes. No entanto, assim como no município, a região também enfrentou uma queda mais acentuada em 2023, chegando a 246. A sincronização dessa redução com o cenário municipal sugere possível influência de fatores macroregionais, como mudanças nas políticas educacionais ou redistribuição de investimentos no setor (Gráfico 7).

O estado do Pará manteve os menores valores entre os três níveis observados, com números variando de 210 em 2019 para um pico de 220 em 2022, seguido de queda para 198 em 2023. Ainda que o crescimento nos anos anteriores aponte para esforços

Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.

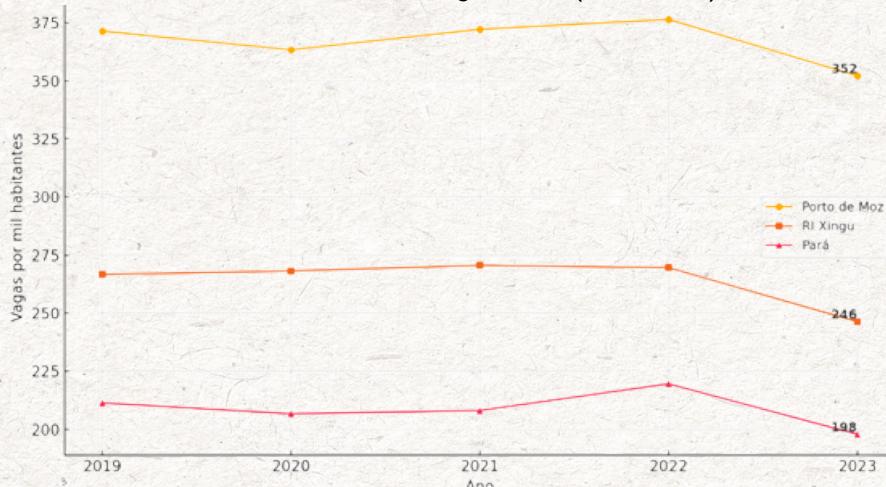
Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 4**: Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes e Percentual de Escolas com Acesso à Internet.



na ampliação do acesso à educação pública, a queda mais recente pode representar desafios no financiamento do setor educacional ou na capacidade de absorção de novos alunos, exigindo atenção para garantir a manutenção e ampliação das oportunidades educacionais (Gráfico 7).



Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Porto de Moz x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 352 Vagas/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 343 Vagas/Mil Hab. Portanto, a meta foi alcançada.

Percentual de Escolas com Acesso à Internet

Em Porto de Moz, o percentual de escolas com acesso à internet apresentou crescimento ao longo do período, partindo de um patamar muito baixo em 2019 (11,3%) para 26,7% em 2023. Apesar do avanço, o município ainda se encontra em situação crítica em comparação aos demais níveis territoriais. A evolução modesta e lenta indica dificuldades estruturais para a conectividade nas unidades escolares, o que impacta diretamente a qualidade da educação, especialmente em tempos de maior digitalização do ensino (Gráfico 8).

Na Região de Integração Xingu, o indicador apresenta

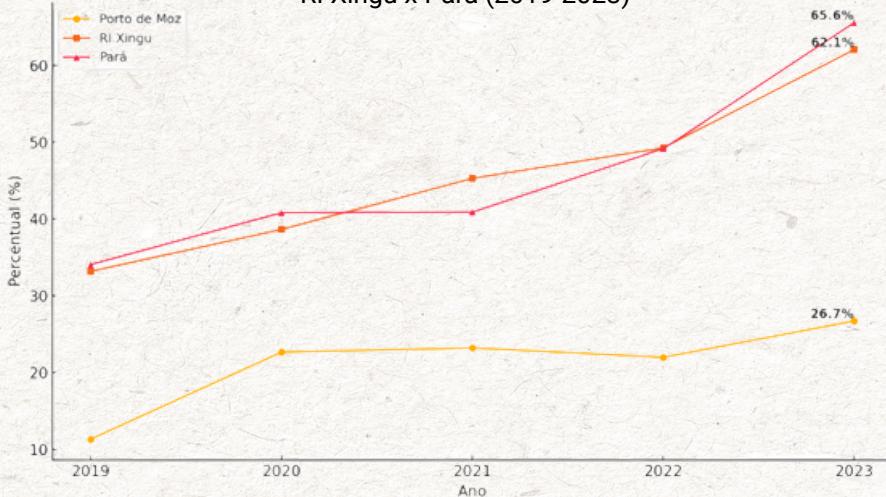
crescimento expressivo e consistente, saindo de 33,6% em 2019 para 62,1% em 2023. Esse avanço reflete políticas regionais bem-sucedidas ou maior investimento em infraestrutura tecnológica nas escolas da região. A aceleração entre 2022 e 2023 é particularmente notável, sugerindo a atuação de programas de ampliação de conectividade escolar, que podem ter sido impulsionados por demandas do período pós-pandemia (Gráfico 8).

O estado do Pará também apresentou evolução marcante no percentual de escolas com acesso à internet, passando de 34,1% em 2019

para 65,6% em 2023. O crescimento contínuo, principalmente após 2021, evidencia um esforço estadual em modernizar a rede pública de ensino. A superação da marca de 65% em 2023 é significativa, mas o fato de municípios como Porto de Moz estarem ainda muito abaixo da média estadual reforça a necessidade de ações mais direcionadas para reduzir as desigualdades territoriais no acesso à infraestrutura digital escolar (Gráfico 8).



Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Porto de Moz x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP.

ODS 5 IGUALDADE DE GÊNERO

Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.

O Objetivo 5 tem como meta promover a igualdade de gênero, garantindo que homens e mulheres tenham liberdade para fazer suas escolhas e desfrutar dos mesmos direitos, responsabilidades e oportunidades. Mais do que um direito humano fundamental, a igualdade de gênero é considerada um dos pilares essenciais para a construção de uma sociedade justa e livre condição indispensável para acelerar o desenvolvimento sustentável. O empoderamento de mulheres e meninas gera um efeito multiplicador, contribuindo diretamente para o crescimento econômico e o avanço social.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 5**: Violência Contra a Mulher por Parceiros e Percentual de Cargos Ocupados Por Mulheres.

Violência Contra a Mulher por Parceiros



No município de Porto de Moz, o indicador de violência contra a mulher por parceiros apresentou variações significativas e valores relativamente baixos no período analisado. Em 2019, registraram-se aproximadamente 3 casos por 100 mil habitantes, com queda para 0 em 2020 e retomada lenta nos anos seguintes, atingindo 1 caso em 2023. O comportamento errático e os números muito baixos podem indicar tanto subnotificação como dificuldade de acesso das vítimas aos canais de denúncia, especialmente em regiões mais isoladas (Gráfico 9).

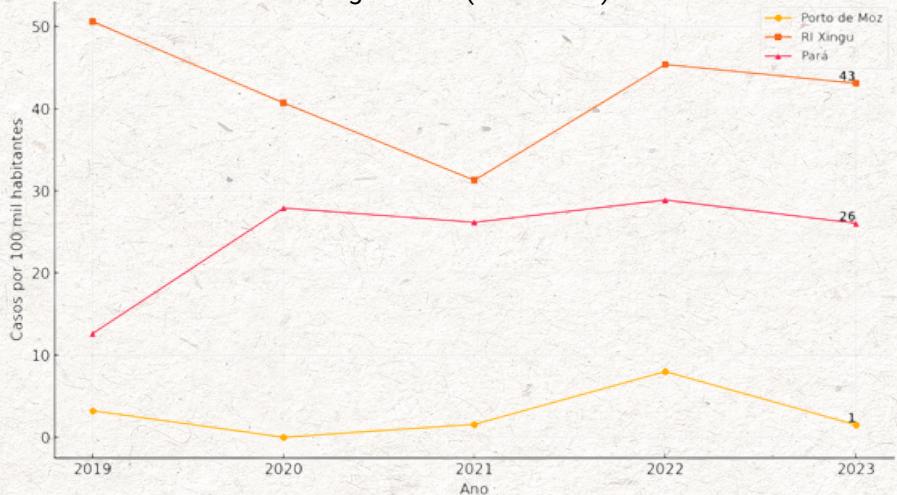


Na Região de Integração Xingu, o índice iniciou em um patamar elevado de 50,7 casos em 2019, com quedas sucessivas até 2021 (31,3 casos), seguido de um aumento expressivo em 2022 (45,5) e leve recuo para 43,0 em 2023. A oscilação sugere que, embora a violência contra a mulher tenha diminuído em parte do período, ela permanece estrutural e ainda muito presente, com possível impacto das ações de combate à violência sendo limitado ou inconsistente ao longo dos anos (Gráfico 9).

No estado do Pará, observa-se uma eleva-

ção inicial de 2019 (12,7 casos) para 2020 (27,9), com certa estabilidade em patamares elevados nos anos seguintes, terminando com 26 casos por 100 mil mulheres em 2023. Esse padrão evidencia uma maior conscientização e registro de casos, mas também a permanência do problema em escala estadual. A tendência geral de elevação, ainda que moderada, aponta para a necessidade de políticas públicas mais eficazes e territorializadas de prevenção, acolhimento e combate à violência de gênero (Gráfico 9).

Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Porto de Moz x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Fonte: DATA SUS e IBGE.

Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres

Em Porto de Moz, o percentual de mulheres em cargos gerenciais oscilou bastante ao longo do período. Partindo de um alto patamar de 52,3% em 2019, caiu abruptamente para 44,5% em 2020, se recuperou para 48,7% em 2021, voltou a cair em 2022 (45,2%) e atingiu o maior valor em 2023, com 54,5%. Essa instabilidade pode refletir a baixa institucionalização de políticas de equidade de gênero em posições de liderança, além de flutuações no setor público e privado local que afetam a composição de gênero nos cargos de gestão (Gráfico 10).



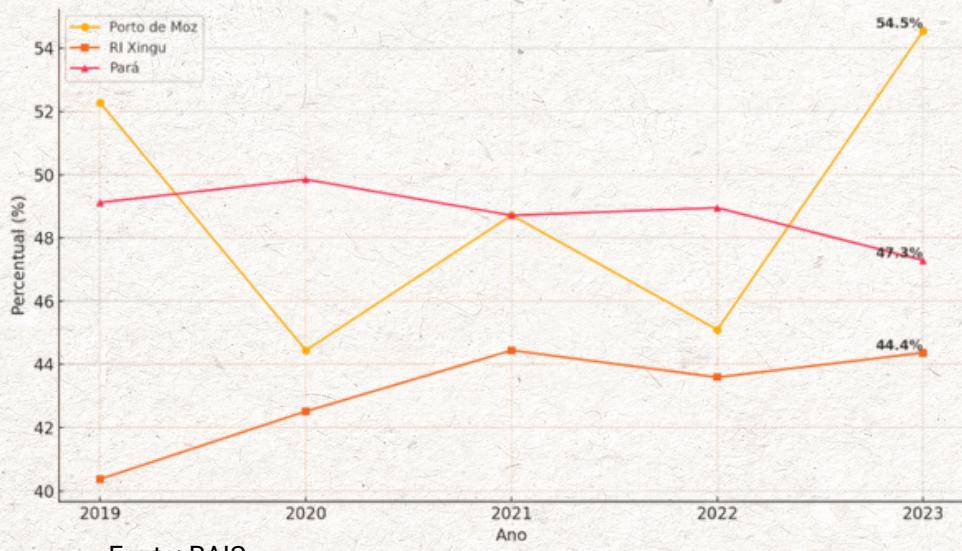


Na Região de Integração Xingu, o indicador teve uma trajetória de crescimento mais estável, indo de 40,3% em 2019 para 44,4% em 2023. Ainda que o ritmo tenha sido lento, o aumento contínuo sugere progressos estruturais em favor da presença feminina na liderança regional. Essa evolução pode estar relacionada a uma maior valorização da diversidade de gênero nas instituições públicas e privadas da região, mesmo que os valores ainda fiquem abaixo do ideal de paridade (Gráfico 10).

No estado do Pará, o percentual se

manteve relativamente estável e em patamar elevado ao longo dos cinco anos, com ligeira oscilação entre 48,9% e 49,9%, encerrando 2023 em 47,3%. Essa estabilidade demonstra certo avanço na representatividade feminina nos cargos gerenciais, mas a leve queda no último ano exige atenção. Para que essa tendência não se reverta, é necessário o fortalecimento de políticas de igualdade de oportunidades, especialmente com foco na capacitação e permanência das mulheres em posições de comando (Gráfico 10).

Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Porto de Moz x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 54,5%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 50%. Portanto, a meta foi alcançada.



ODS 6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO

O Objetivo 6 tem como foco assegurar o acesso universal à água potável, reconhecendo que a água está no centro do desenvolvimento sustentável em suas dimensões ambiental, econômica e social. Os recursos hídricos e os serviços relacionados são fundamentais para erradicar a pobreza, impulsionar o crescimento econômico e garantir a sustentabilidade ambiental. Ter acesso à água e ao saneamento é essencial para a dignidade humana, impactando diretamente áreas como segurança alimentar, energia, saúde pública e preservação do meio ambiente.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 6**: Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto e Gasto Municipal com Saneamento per capita.

Garantir disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento para todos.

Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto

No município de Porto de Moz, o percentual da população de baixa renda com acesso à coleta de esgoto aumentou de forma gradual ao longo do período analisado, partindo de um índice extremamente baixo de 1,1% em 2019 e alcançando 5,0% em 2023. Apesar do crescimento, o valor final ainda evidencia uma cobertura limitada, indicando que grande parte da população mais vulnerável segue sem acesso adequado a esse serviço essencial. O aumento contínuo, porém, é um sinal positivo de que esforços vêm sendo realizados, ainda que de forma lenta (Gráfico 11).

Na Região de Integração Xingu, a evolução do indicador também foi positiva e mais expressiva do que no município, saindo de 5,3% em 2019 para 11,9% em 2023. O crescimento foi contínuo ao longo do período, com destaque para o salto observado entre 2021 e 2022. Esses dados sugerem avanços importantes na ampliação da infraestrutura de esgotamento sanitário direcionada à população de baixa renda, possivelmente decorrentes de políticas regionais mais robustas ou da

captação de recursos para investimentos em saneamento (Gráfico 11).

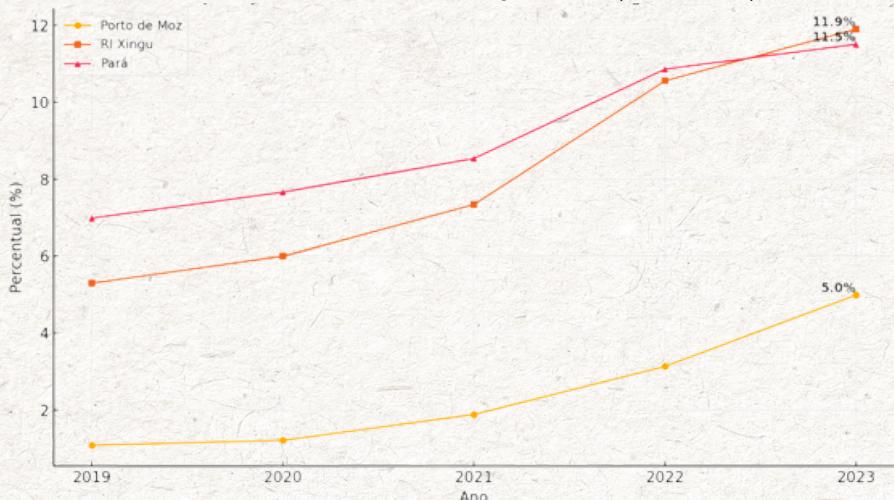
O estado do Pará apresenta um comportamento semelhante ao da RI Xingu, com o percentual crescendo de 7,0% em 2019 para 11,5% em 2023. A elevação foi gradual, com leve aceleração entre 2021 e 2022. A tendência ascendente ao longo dos cinco anos aponta para uma expansão dos serviços de coleta de esgoto no estado, sobretudo para populações mais vulneráveis.



Ainda assim, os dados reforçam a necessidade de continuar avançando, visto que a cobertura geral ainda é baixa, considerando os padrões ideais de universalização do saneamento básico (Gráfico 11).



Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Porto de Moz x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 5%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 100%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Gasto Municipal com Saneamento per capita

Em Porto de Moz, o gasto municipal per capita com saneamento básico variou fortemente ao longo dos anos, com oscilações bruscas. Após alcançar R\$ 35 por habitante em 2020, o gasto caiu para praticamente zero em 2021, voltou a subir modestamente em 2022 (R\$ 15) e saltou significativamente para R\$ 137 em 2023. Essa última elevação representa um marco expressivo e pode indicar um investimento concentrado em obras ou programas específicos. No entanto, a irregularidade nos anos anteriores sugere desafios em termos de planejamento e continuidade das políticas públicas de saneamento no município (Gráfico 12).

Na Região de Integração Xingu, o comportamento foi

mais estável, com gastos partindo de R\$ 28 em 2019 e chegando a R\$ 49 em 2023, após uma leve queda em 2021. A tendência é de crescimento moderado e sustentado, sinalizando maior consistência na alocação de recursos para saneamento. Essa estabilidade orçamentária pode ter contribuído para o avanço mais expressivo do indicador de acesso à coleta de esgoto observado na RI, demonstrando a importância da regularidade nos investimentos públicos (Gráfico 12).

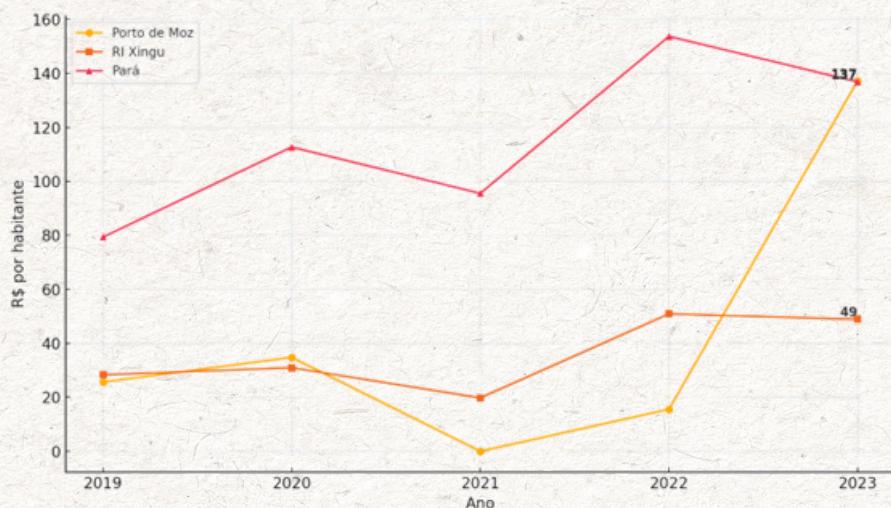
No estado do Pará, o gasto per capita foi o mais elevado entre os três níveis analisados, iniciando em R\$ 80 em 2019 e atingindo o pico de R\$ 154 em 2022, antes de cair ligeiramente para R\$ 137 em 2023.

O patamar alto de investimentos estaduais reflete a priorização do saneamento básico como política pública, especialmente após 2020, possivelmente em resposta à crise sanitária da pandemia. A manutenção de altos níveis de investimento é um fator crucial para a expansão da infraestrutura e a melhoria da qualidade de vida da população, especialmente em regiões com baixa cobertura como Porto de Moz (Gráfico 12).





Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Porto de Moz x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 137/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 60/Hab. Portanto, a meta foi alcançada.

ODS 7 ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL

Garantir acesso à energia barata, confiável, sustentável e renovável para todos.

Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.)

O Objetivo 7 tem como meta garantir o acesso universal a uma energia acessível, confiável, sustentável e renovável. Presente em quase todos os aspectos da vida moderna, a energia desempenha um papel essencial no cotidiano de um mundo globalizado. Por isso, é fundamental promover fontes limpas e acessíveis que não causem danos ao meio ambiente, contribuindo para um futuro mais sustentável.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 7**: Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.) e Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.



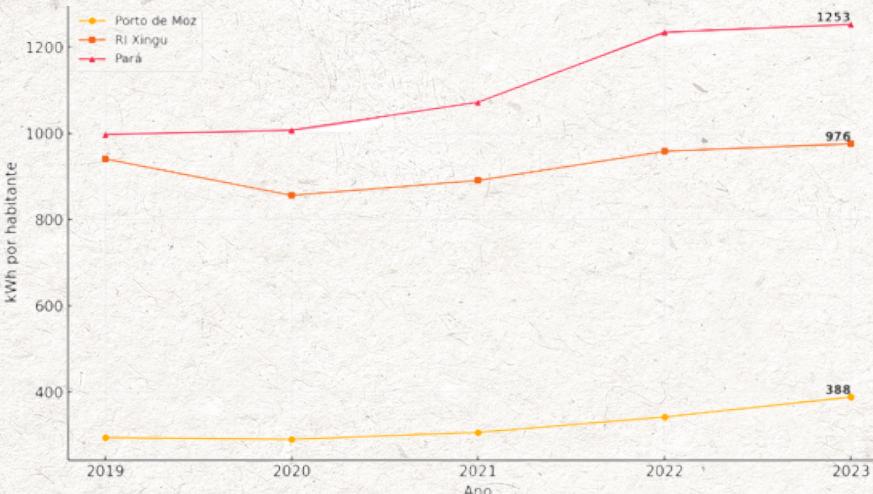
No município de Porto de Moz, o consumo per capita de energia elétrica apresentou crescimento progressivo ao longo do período analisado, passando de 292 kWh/hab. em 2019 para 388 kWh/hab. em 2023. Ainda que os valores absolutos permaneçam baixos em relação às demais escalas territoriais, a tendência de crescimento sinaliza uma lenta ampliação do acesso à energia e maior inserção da população nos sistemas formais de abastecimento. Esse avanço, no entanto, ainda é limitado, revelando desigualdade energética significativa em relação ao restante do estado (Gráfico 13).



Na Região de Integração Xingu, o consumo também seguiu uma tendência de alta, embora mais estável. O indicador iniciou em 947 kWh/hab. em 2019, teve uma pequena queda em 2020 (860 kWh/hab.), e voltou a crescer até atingir 976 kWh/hab. em 2023. Essa evolução aponta para a retomada do crescimento do consumo energético, possivelmente associada à recuperação econômica, expansão urbana e leve aumento na cobertura dos serviços elétricos. A região mantém consumo médio acima do município, mas ainda abaixo da média estadual (Gráfico 13).

No estado do Pará, os dados indicam um crescimento contínuo e mais expressivo, com o consumo saindo de 998 kWh/hab. em 2019 e alcançando 1.253 kWh/hab. em 2023. Esse comportamento estável e ascendente pode refletir uma ampliação da rede de distribuição, maior urbanização e maior capacidade de consumo da população. A diferença em relação a Porto de Moz é marcante e reflete a desigualdade de acesso e qualidade do serviço entre diferentes territórios, sobretudo em áreas rurais ou mais isoladas (Gráfico 13).

Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), Porto de Moz x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Fonte: EQUATORIAL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 388 kWh/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 3.000 kWh/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil

Em Porto de Moz, o percentual de domicílios de baixa renda que ainda utilizam fontes fósseis para iluminação apresentou uma queda importante no período, caindo de 20,8% em 2019 para 14,6% em 2023. Essa redução contínua é um indicativo positivo de que há avanços na substituição de sistemas rudimentares por energia elétrica formal, o que representa melhora na qualidade de vida e na segurança das residências. No entanto, o índice ainda é muito elevado, evidenciando uma exclusão energética persistente em parte significativa da população mais pobre do município (Gráfico 14).

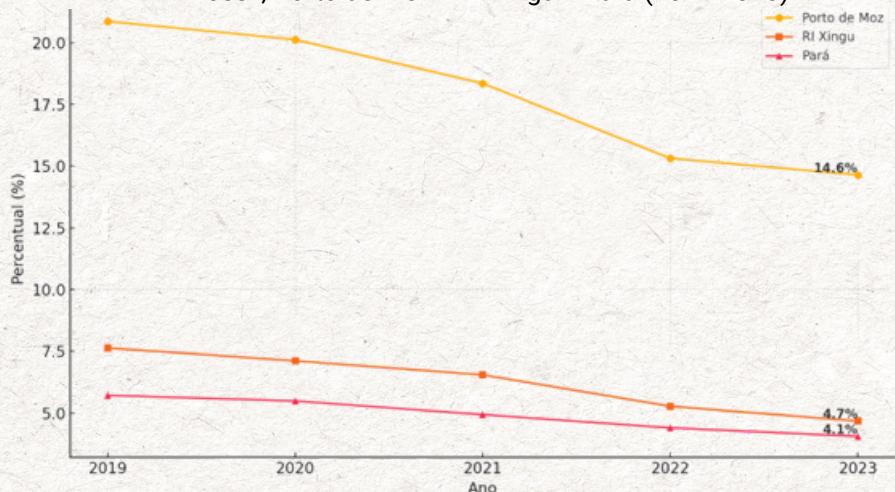


Na Região de Integração Xingu, a evolução do indicador também foi de queda, com o percentual passando de 7,5% em 2019 para 4,7% em 2023. A redução gradual demonstra o avanço da eletrificação entre as famílias de baixa renda, resultado provável de políticas públicas de universalização da energia e melhoria das redes locais. Ainda que os valores sejam mais baixos que os de Porto de Moz, a presença de iluminação fóssil entre os mais vulneráveis ainda exige atenção, sobretudo em áreas de difícil acesso (Gráfico 14).

O estado do Pará também apresentou trajetória decrescente, com o percentual diminuindo de 5,7% para 4,1% entre 2019 e 2023. Essa leve, mas constante, redução ao longo do período demonstra progresso na inclusão energética, ainda que o ritmo seja inferior ao desejado para a superação da pobreza energética. A manutenção de percentuais residuais, mesmo em escala estadual, reforça a importância de políticas direcionadas especificamente às populações de baixa renda e localizadas em áreas com infraestrutura deficiente (Gráfico 14).



Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Porto de Moz x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 14,6%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

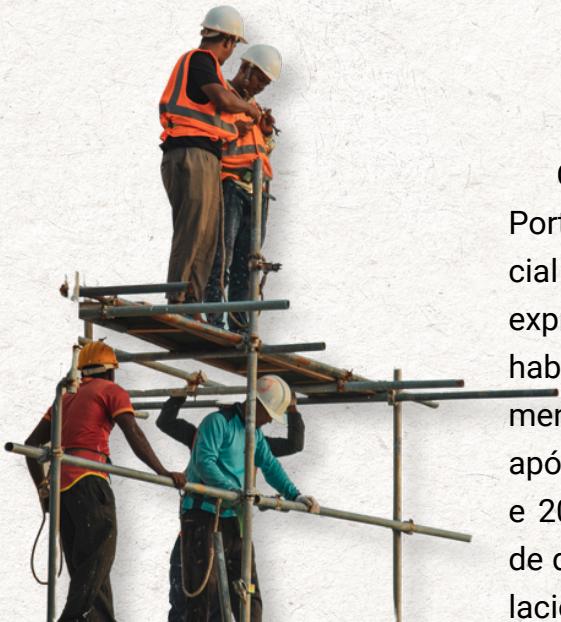


ODS 8 EMPREGO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO

O ODS 8 da ONU tem como objetivo principal promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, além de garantir emprego pleno, produtivo e trabalho decente para todas as pessoas. No centro do conceito de trabalho decente está a igualdade de oportunidades e de tratamento entre homens e mulheres, assim como o combate a todas as formas de discriminação. Ao acessar oportunidades de trabalho digno, as populações mais vulneráveis podem romper o ciclo da desigualdade, contribuindo para a estabilidade, a sustentabilidade dos países e o crescimento econômico da sociedade como um todo.

Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 8**: Empregos Formais por Mil Habitantes e PIB per capita.



Empregos Formais por Mil Habitantes

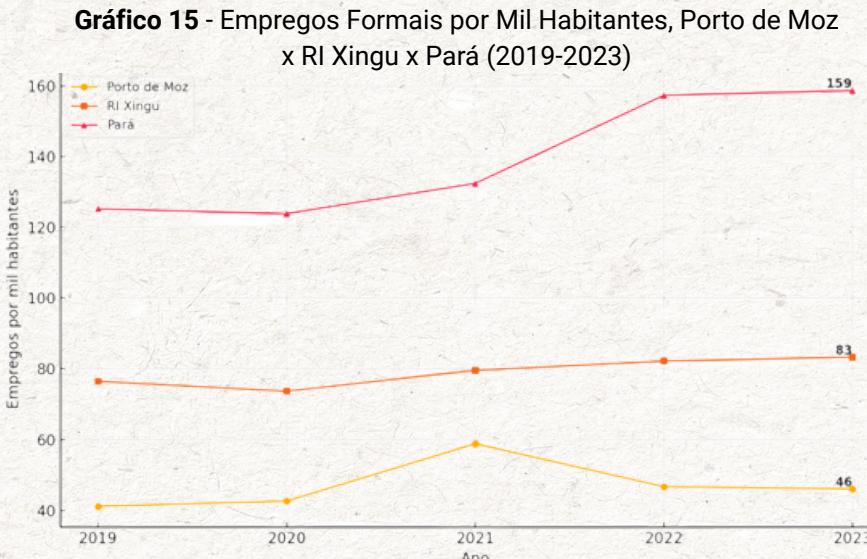
O indicador “Empregos Formais por Mil Habitantes” em Porto de Moz apresenta uma trajetória de crescimento inicial seguida por queda. Entre 2019 e 2021, houve um avanço expressivo, saindo de 41 para 58 empregos formais por mil habitantes, possivelmente impulsionado por políticas de fomento ao emprego ou recuperação de atividades produtivas após a fase mais crítica da pandemia. No entanto, em 2022 e 2023, observa-se uma retração para 46, indicando perda de dinamismo no mercado formal local, o que pode estar relacionado à limitação de setores econômicos capazes de sustentar empregos com carteira assinada (Gráfico 15).

Na Região de Integração Xingu, o comportamento do indicador foi mais estável, iniciando com 76 empregos por mil habitantes em 2019 e atingindo 83 em 2023. Apesar de uma leve queda em 2020, a tendência geral é de crescimento, o que evidencia maior resiliência econômica regional. Esse desempenho pode ser atribuído à diversidade de atividades econômicas mais robustas ou à presença de polos empregadores que absorvem mão de obra formal de forma mais consistente que o município (Gráfico 15).

No estado do Pará, o crescimento foi o mais expressivo entre os três níveis observados.



O indicador evoluiu de 126 em 2019 para 159 empregos formais por mil habitantes em 2023, com destaque para o salto entre 2021 e 2022. Esse avanço contínuo indica uma expansão significativa do mercado formal em nível estadual, possivelmente puxada por grandes empreendimentos nos setores mineral, energético e de serviços. A diferença em relação ao município evidencia desigualdades estruturais de geração de emprego formal, sinalizando a necessidade de políticas locais mais eficazes para estimular a formalização do trabalho em regiões menos dinâmicas como Porto de Moz (Gráfico 15).



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 46 Empregos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 200 Empregos/Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

O município de Porto de Moz apresentou um crescimento contínuo no PIB per capita ao longo do período de 2018 a 2022, partindo de R\$ 7.579 e atingindo R\$ 10.169. Ainda que esse avanço indique melhora econômica local, o patamar final continua muito abaixo da média regional e estadual, evidenciando desigualdades estruturais de renda. A evolução, no entanto, mostra um ritmo constante de crescimento, o que pode ser reflexo de ações locais de dinamização econômica ou da recuperação gradual pós-crise de 2020 (Gráfico 16).



Na Região de Integração Xingu, o PIB per capita permaneceu praticamente estagnado entre 2018 e 2020, oscilando em torno de R\$ 27 mil, mas apresentou crescimento relevante a partir de 2021, chegando a R\$ 31.605 em 2022.

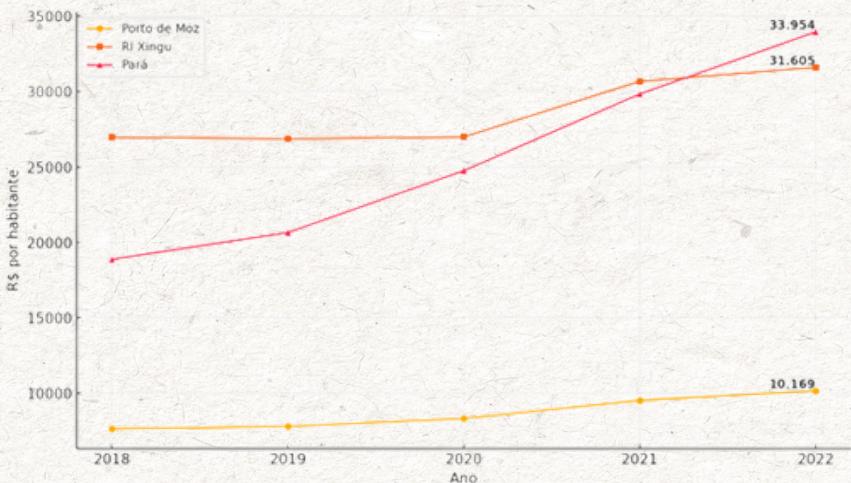
Esse comportamento sugere uma aceleração recente na atividade econômica regional, possivelmente impulsionada por setores estratégicos como mineração, energia ou agro-negócio. A estabilidade inicial seguida de expansão rápida também pode refletir políticas de recuperação econômica mais eficazes após a pandemia (Gráfico 16).

No estado do Pará, observa-se a maior expansão proporcional do PIB per capita, passando de R\$ 18.943 em 2018 para R\$ 33.954 em 2022. Esse salto é significativo e revela uma forte valorização da atividade econômica estadual, com



Gráfico16 - PIB per capita, Porto de Moz x RI Xingu x Pará (2018-2022)

destaque para o peso crescente das exportações e dos grandes projetos industriais e extrativistas. A trajetória crescente do Pará o levou a ultrapassar a média da RI Xingu, indicando uma centralização crescente da riqueza nos grandes polos produtivos e a manutenção de assimetrias econômicas em territórios menos desenvolvidos, como Porto de Moz (Gráfico 16).



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 10.169/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 32.789/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA

Com o objetivo de impulsionar o progresso de forma sustentável em escala global, o Objetivo 9 propõe a construção de infraestruturas resilientes, a promoção de uma industrialização inclusiva e sustentável, e o incentivo à inovação. Investimentos em infraestrutura e inovação são fundamentais para o crescimento econômico e o desenvolvimento dos países. Diante de um cenário em que mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas, torna-se cada vez mais necessário investir em transporte público eficiente, energias renováveis, novas tecnologias e indústrias. O avanço tecnológico é essencial para enfrentar os desafios econômicos e ambientais, além de gerar empregos e aumentar a eficiência energética. Apostar em indústrias sustentáveis e em pesquisa científica e inovação é um passo decisivo para conciliar desenvolvimento econômico, inclusão social e preservação ambiental.

Construir infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável, e fomentar a inovação.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 9**: Valor Adicionado da Indústria (% do PIB) e Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.



Valor Adicionado da Indústria (% do PIB)



Em Porto de Moz, o valor adicionado da indústria como percentual do PIB apresentou trajetória de queda contínua, saindo de 4,9% em 2018 para apenas 2,1% em 2022. Isso revela a baixa participação da atividade industrial na economia local e indica uma tendência de desindustrialização ou de estagnação do setor. Essa redução pode estar ligada à ausência de investimentos, dificuldades logísticas ou à predominância de setores primários e serviços informais na estrutura econômica do município (Gráfico 17).

Na Região de Integração Xingu, o indicador caiu de forma

consistente ao longo do período, indo de 48,0% em 2018 para 33,3% em 2022. Apesar da redução, a indústria ainda representa um terço da economia regional, o que demonstra sua importância como motor econômico da RI. Essa queda pode sinalizar uma diversificação setorial com aumento da participação dos serviços, mas também pode refletir retração relativa da indústria frente a outros setores mais dinâmicos nos últimos anos (Gráfico 17).

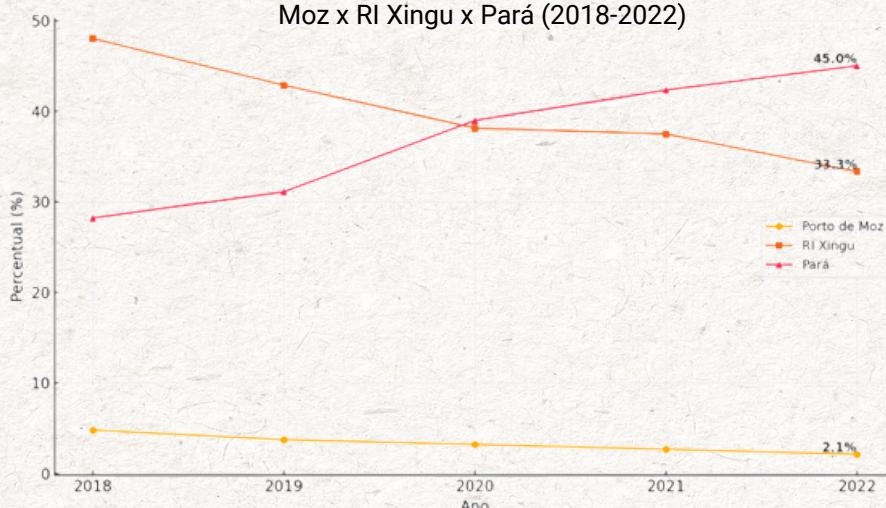
Em contrapartida, o estado do Pará seguiu caminho inverso, com crescimento constante do valor adicionado da in-

dústria no PIB, passando de 28,2% em 2018 para 45,0% em 2022. Essa elevação expressiva indica uma industrialização crescente, fortemente influenciada pelos grandes empreendimentos mineradores e de transformação industrial voltados à exportação. O avanço estadual contrasta com a queda observada em Porto de Moz e na RI Xingu, reforçando o padrão de concentração industrial em áreas específicas e a necessidade de descentralização do desenvolvimento econômico (Gráfico 17).





Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Porto de Moz x RI Xingu x Pará (2018-2022)



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 2,1%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 15%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes

Entre 2019 e 2023, o município de Porto de Moz apresentou um comportamento instável no número de profissionais da ciência por 100 mil habitantes. O indicador permaneceu constante em 13 profissionais entre 2019 e 2020, mas saltou para 24 em 2021, refletindo possivelmente algum programa pontual de incentivo à ciência, contratações emergenciais ou eventos locais relacionados à pandemia.



No entanto, essa elevação não se sustentou, e os números caíram novamente para 13 em 2022 e 2023, retornando ao patamar inicial e revelando uma dificuldade de manter ou estruturar uma base científica permanente (Gráfico 18).

Na Região de Integração Xingu, o índice oscilou menos, mas manteve-se em patamares inferiores. Iniciando com 8



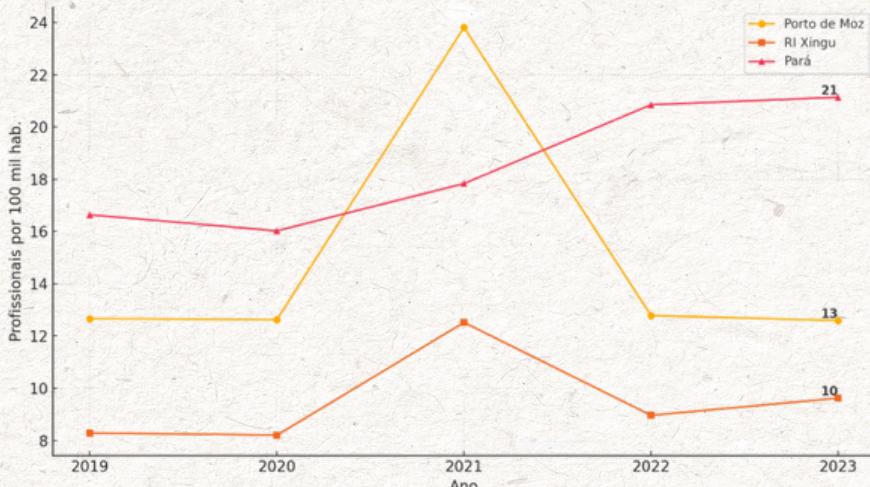
profissionais por 100 mil habitantes em 2019, houve um leve aumento em 2021 para 13, seguido de uma queda para 9 em 2022 e ligeira recuperação para 10 em 2023. Essa trajetória indica um crescimento tímido e uma possível carência estrutural de profissionais da ciência na região, o que pode impactar negativamente o desenvolvimento tecnológico e a capacidade de inovação local (Gráfico 18).

Já o estado do Pará demonstrou uma tendência de crescimento mais consistente no número de profissionais da ciência. O indicador partiu de 16,7 em 2019, oscilou levemente até 2020, mas acelerou nos anos seguintes, alcançando 21 profissionais por 100 mil habitantes em 2023.



Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Porto de Moz x RI Xingu x Pará (2019-2023)

Esse avanço sugere que, em nível estadual, vêm sendo feitas políticas ou investimentos mais sólidos voltados à formação, atração ou retenção de cientistas, o que ainda não se reflete da mesma forma nos territórios municipais e regionais como Porto de Moz e a RI Xingu (Gráfico 18).



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 6 Pessoas/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 21 Pessoas/100 mil hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS10 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

O Objetivo 10 tem como foco reduzir as desigualdades sociais, tanto dentro dos países quanto entre eles. Diminuir a diferença entre os mais ricos e os mais pobres é essencial para a construção de um mundo mais justo e igualitário, onde todas as pessoas tenham acesso às mesmas oportunidades e condições de desenvolvimento.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 10**: Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).

Reducir a desigualdade dentro dos países e entre eles





Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB)

Entre 2019 e 2022, o município de Porto de Moz apresentou uma leve oscilação na massa salarial dos vínculos formais como percentual do PIB, iniciando com 1,38% em 2019, passando por uma discreta queda em 2020 (1,29%) e leve recuperação em 2021 (1,35%), mas encerrando 2022 em 1,23%. Esse comportamento indica que, apesar da relativa estabilidade, a participação dos salários formais na economia local é pequena e tende à estagnação, o que pode sinalizar um mercado de trabalho restrito e dominado por vínculos informais ou atividades de baixa remuneração (Gráfico 19).

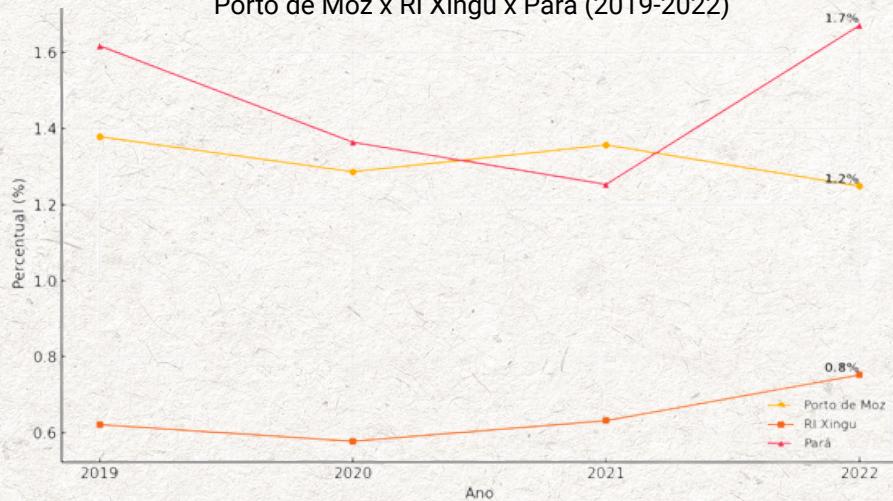
Na Região de Integração Xingu, o indicador apresentou

crescimento gradual ao longo do período, partindo de um patamar bastante inferior (0,63% em 2019) e atingindo 0,80% em 2022. Ainda que os valores permaneçam abaixo da média estadual e municipal, a tendência de alta revela um processo de formalização ou valorização da remuneração na região. Esse avanço, mesmo tímido, pode estar ligado a programas de incentivo à formalização do trabalho ou ao fortalecimento de setores econômicos com maior capacidade de absorção de mão de obra formal (Gráfico 19).

O estado do Pará, por sua vez, apresentou um comportamento mais dinâmico, iniciando com a maior participação salarial entre os três níveis

(1,62% em 2019), passando por queda até 2021 (1,26%) e voltando a crescer significativamente em 2022, encerrando o período com 1,73%. Esse aumento expressivo sugere um fortalecimento do mercado formal em nível estadual, possivelmente impulsionado por grandes setores industriais e de serviços que empregam formalmente com maior intensidade. A recuperação do peso da massa salarial no PIB indica um movimento positivo de valorização do trabalho formal e pode estar associado ao crescimento da atividade econômica após o período pandêmico (Gráfico 19).

**Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB),
Porto de Moz x RI Xingu x Pará (2019-2022)**



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0,8%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 5%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS

O Objetivo 11 tem como meta tornar as cidades e comunidades mais sustentáveis. Até 2030, a proposta é transformar os centros urbanos e os assentamentos humanos em espaços mais inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. Atualmente, mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas são cerca de 4,4 bilhões de pessoas, o que representa 56,2% da população global, segundo a ONU. A previsão é que, até 2050, esse número chegue a 6,5 bilhões, ou dois terços da humanidade. Diante desse cenário, é fundamental voltar a atenção para essas regiões, que muitas vezes também concentram altos índices de pobreza extrema.

Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 11**: Acesso à Telefonia Móvel e Despesa Pública por capita com Cultura e Gestão Ambiental.

Acesso à Telefonia Móvel

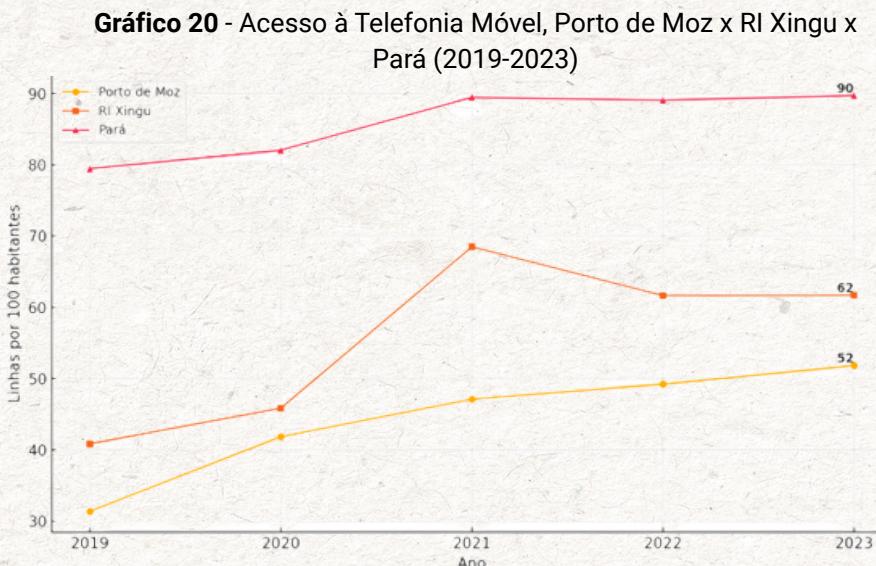
No município de Porto de Moz, o indicador de acesso à telefonia móvel apresentou crescimento contínuo entre 2019 e 2023, passando de 31 para 52 linhas por 100 habitantes. Esse avanço indica uma ampliação progressiva da infraestrutura de telecomunicações e maior penetração do serviço entre os moradores, embora o patamar alcançado ainda esteja abaixo da média estadual e regional. A tendência ascendente sugere que, apesar de desafios logísticos ou estruturais, há progresso na inclusão digital do município (Gráfico 20).

Na Região de Integração Xingu, o comportamento do indicador foi mais volátil. Houve um crescimento expressivo entre 2019 e 2021, saltando de 41 para 68 linhas por 100 habitantes, seguido por uma queda para 62 a partir de 2022. Isso pode indicar uma fase inicial de expansão da telefonia móvel, possivelmente associada à adaptação digital durante a pandemia, seguida de estabilização ou retração nos anos seguintes. Apesar da queda, o nível de acesso ainda é superior ao de Porto de Moz, apontando melhores condições de conectividade regional (Gráfico 20).





O estado do Pará apresenta os melhores índices ao longo do período, com crescimento de 79,5 em 2019 para 90 linhas por 100 habitantes em 2023. O avanço é contínuo e estável, refletindo o fortalecimento das redes móveis e maior acessibilidade em áreas urbanas e semiurbanas. A diferença em relação a Porto de Moz e à RI Xingu evidencia desigualdades territoriais de acesso à infraestrutura de telecomunicações, ressaltando a necessidade de políticas públicas mais direcionadas para garantir conectividade plena nas regiões mais remota (Gráfico 20).



Fonte: ANATEL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 52 Linhas/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 108 Linhas/100 hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental

Em Porto de Moz, a despesa pública per capita com cultura e gestão ambiental oscilou nos primeiros anos do período, passando de R\$ 29 em 2019 para R\$ 34 em 2021, antes de apresentar um salto significativo para R\$ 78 em 2022, mantendo-se em R\$ 77 em 2023. Essa mudança abrupta sugere uma possível reestruturação orçamentária, incremento de recursos externos ou lançamento de programas específicos voltados a essas áreas. O aumento recente é positivo e indica maior valorização de políticas culturais e ambientais, fundamentais para o desenvolvimento sustentável do território (Gráfico 21).

Na Região de Integração Xingu, o comportamento também é de crescimento, com valores que oscilaram entre R\$ 57 e R\$ 65 até 2021, seguidos por aumentos mais expressivos em 2022 e 2023, atingindo R\$ 88. A tendência crescente pode ser reflexo de uma gestão mais robusta e articulada regionalmente, com maior capacidade de investimento ou priorização das temáticas culturais e ambientais em face de demandas sociais e ambientais emergentes (Gráfico 21).

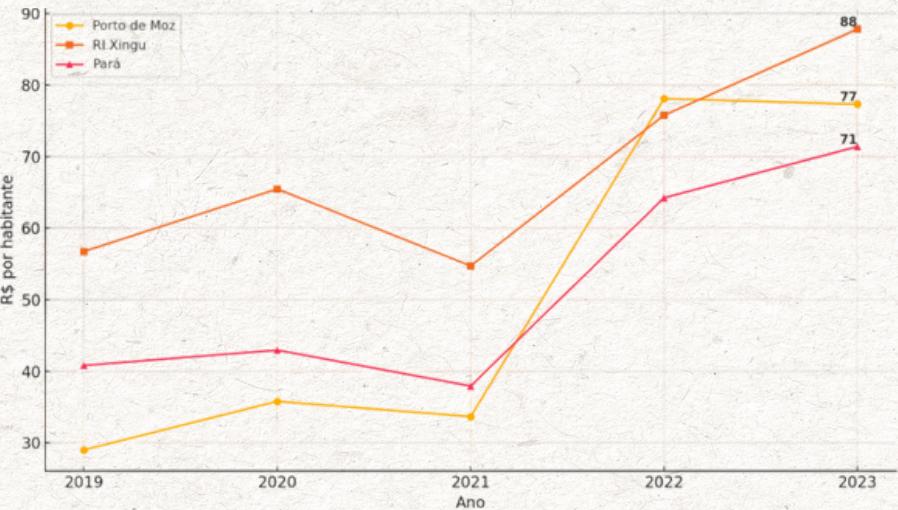
No estado do Pará, a evolução foi mais gradual, com valores passando de R\$ 41 em 2019 para R\$ 71 em 2023.

O salto mais expressivo ocorreu entre 2021 e 2022, quando o indicador passou de R\$ 38 para R\$ 64, o que pode refletir maior investimento estadual pós-pandemia ou fortalecimento das políticas ambientais frente ao contexto amazônico. Ainda que a evolução seja positiva, o patamar ainda se encontra abaixo do observado em Porto de Moz e na RI Xingu nos anos mais recentes, revelando um avanço descentralizado nas despesas culturais e ambientais em territórios específicos (Gráfico 21).



Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Porto de Moz x RI Xingu x Pará (2019-2023)

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 77/hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 93/hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



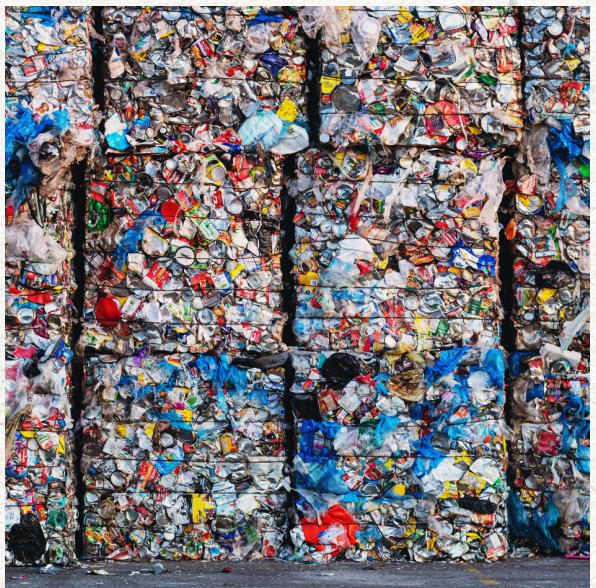
Fonte: STN e IBGE.

ODS12 CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS

O Objetivo 12 propõe a transformação dos atuais padrões de consumo e produção, reconhecendo essa mudança como essencial para o uso eficiente dos recursos naturais. Um dos focos centrais é melhorar a forma como lidamos com resíduos tóxicos e poluentes, garantindo um descarte adequado e menos prejudicial ao meio ambiente. Para atingir essa meta até 2030, é fundamental incentivar indústrias, empresas e consumidores a adotar práticas mais sustentáveis, como a reciclagem e a redução do desperdício.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 12**: Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo e População de Baixa Renda com fossa rudimentar.

Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.





Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo

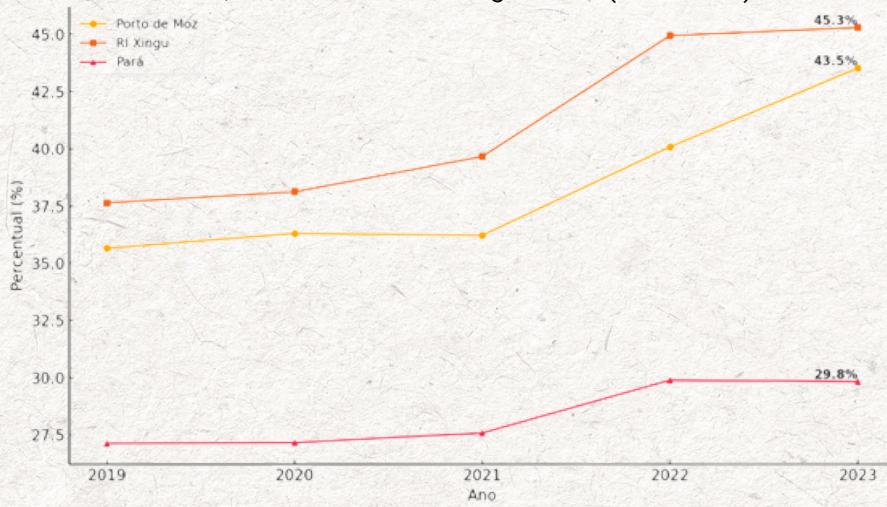
Em Porto de Moz, o percentual de pessoas de baixa renda que queimam ou enterram o próprio lixo cresceu de forma significativa ao longo do período, partindo de 35,7% em 2019 e atingindo 43,5% em 2023. O indicador permaneceu estável até 2021, mas apresentou um salto nos dois anos seguintes, revelando um agravamento no acesso aos serviços de coleta regular de resíduos. Esse crescimento pode estar associado à expansão urbana desordenada ou à ausência de investimentos em infraestrutura de saneamento básico voltado às populações mais vulneráveis (Gráfico 22).

Na Região de Integração Xingu, o comportamento foi semelhante, mas com patamares ainda mais elevados. O percentual saiu de 37,6% em 2019 para 45,3% em 2023, com destaque para o aumento expressivo entre 2021 e 2022. Esse padrão indica uma precarização generalizada do serviço de coleta de lixo domiciliar para populações de baixa renda em nível regional, refletindo possíveis limitações orçamentárias dos municípios ou dificuldades operacionais para cobertura em áreas mais isoladas (Gráfico 22).

Em contraponto, o estado do Pará apresentou uma evolu-

ção mais moderada. O percentual iniciou em 27,0% em 2019 e alcançou 29,8% em 2023, com leve crescimento apenas a partir de 2021. Embora o patamar seja inferior ao de Porto de Moz e da RI Xingu, o aumento ainda assim evidencia que parte significativa da população pobre no estado permanece sem acesso adequado à coleta de resíduos. O comportamento mais estável em nível estadual, comparado ao crescimento nas escala locais, reforça a necessidade de descentralização dos investimentos em saneamento para os municípios mais vulneráveis (Gráfico 22).

Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Porto de Moz x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 43,5%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



População de Baixa Renda com fossa rudimentar

No município de Porto de Moz, o percentual da população de baixa renda que utiliza fossa rudimentar manteve-se em patamares elevados e em trajetória crescente, passando de 37,5% em 2019 para 39,6% em 2023. Apesar da variação ser relativamente moderada, a persistência de valores próximos a 40% evidencia a fragilidade dos sistemas de esgotamento sanitário adequados, especialmente entre os segmentos sociais mais pobres. A estabilidade dessa precariedade sugere ausência de investimentos estruturantes no setor ou dificuldades de alcance das políticas públicas nas zonas mais carentes (Gráfico 23).

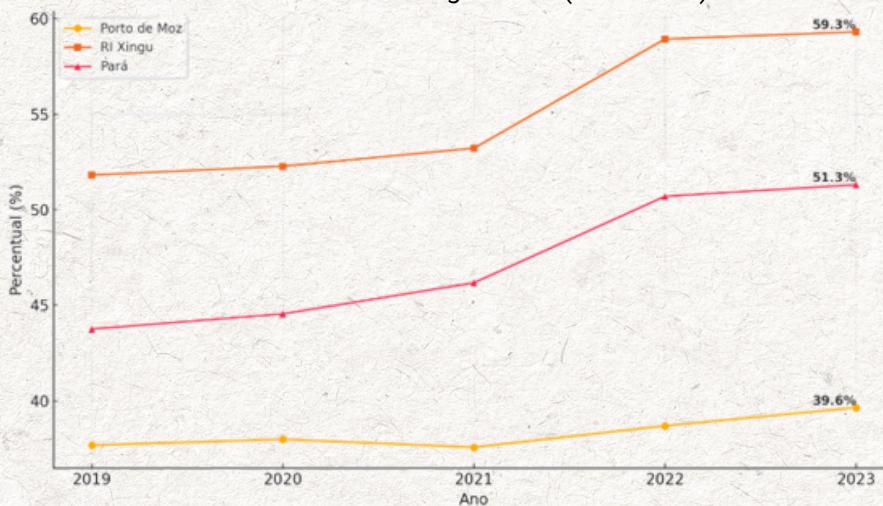
A Região de Integração Xin-

gu, por sua vez, apresenta um dos cenários mais críticos. O indicador saltou de 51,9% em 2019 para 59,3% em 2023, consolidando-se como a região com maior uso de fossas rudimentares entre a população de baixa renda. A aceleração do crescimento a partir de 2021 é preocupante e pode estar associada à expansão desassistida de áreas periféricas ou rurais, onde a ausência de rede coletora de esgoto leva os domicílios a recorrerem a soluções inadequadas. O dado evidencia a necessidade urgente de ações regionais integradas voltadas à universalização do saneamento (Gráfico 23).

No estado do Pará, o com-

portamento do indicador também foi de crescimento, porém em ritmo menos acentuado, variando de 43,8% em 2019 para 51,3% em 2023. Ainda que o avanço sugira uma piora na cobertura estadual de esgotamento sanitário entre os mais pobres, os valores são menos alarmantes do que os observados na RI Xingu. Essa diferença pode refletir a concentração de investimentos em centros urbanos maiores, deixando áreas interioranas em situação de abandono. A tendência reforça a urgência de políticas públicas estaduais voltadas à erradicação das soluções precárias de saneamento em comunidades vulneráveis (Gráfico 23).

Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Porto de Moz x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 39,6%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 13 AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA

O Objetivo 13 destaca a urgência de adotar medidas concretas para combater as mudanças climáticas e seus impactos em escala global. Independentemente de seu peso político, econômico ou geográfico, todos os países enfrentam as consequências das alterações no clima. Entre as principais causas estão a queima de combustíveis fósseis em veículos, indústrias e usinas termelétricas, as queimadas, o desmatamento e a poluição gerada pela agropecuária intensiva, especialmente pela criação de animais ruminantes. Essas atividades estão diretamente ligadas à emissão de gases de efeito estufa, responsáveis pelas chamadas mudanças climáticas antropogênicas, aquelas causadas pela ação humana, que se intensificaram a partir da Revolução Industrial, no final do século XVIII.

Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos (reconhecendo que a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) é o fórum internacional intergovernamental primário para negociar a resposta global à mudança do clima).

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 13**: Gastos per capita com prevenção de desastres.

Gastos per capita com prevenção de desastres



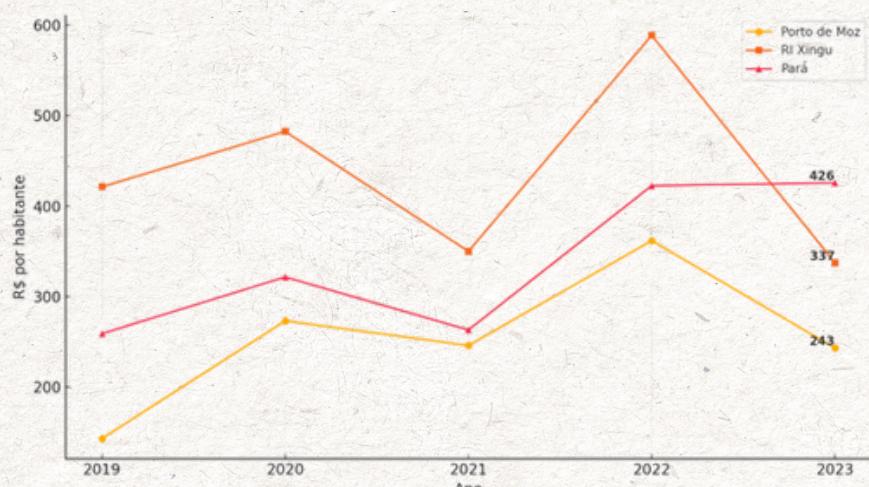
No município de Porto de Moz, os gastos per capita com prevenção de desastres apresentaram flutuações ao longo do período. Em 2019, o valor era de aproximadamente R\$ 134, subindo consideravelmente para R\$ 273 em 2020 e, apesar de uma leve queda em 2021 (R\$ 248), voltou a crescer em 2022, atingindo R\$ 361. Contudo, em 2023 houve recuo para R\$ 243. Esses movimentos indicam que, embora haja preocupação com o tema, os investimentos não seguem uma trajetória de crescimento contínuo, o que pode comprometer a sustentabilidade das ações preventivas no longo prazo (Gráfico 24).

Na Região de Integração Xingu, os gastos também apresentaram variações significativas. O indicador cresceu de R\$ 424 em 2019 para um pico de R\$ 589 em 2022, mas caiu drasticamente para R\$ 337 em 2023. A forte oscilação sugere que os investimentos na área são sensíveis a fatores externos, como catástrofes pontuais, disponibilidade orçamentária ou mudanças de gestão. Apesar disso, os valores regionais se mantiveram acima dos observados em Porto de Moz, apontando maior capacidade de alocação de recursos para políticas preventivas (Gráfico 24).



No estado do Pará, o padrão foi de crescimento mais moderado e consistente. Os valores saltaram de R\$ 261 em 2019 para R\$ 426 em 2022 e se mantiveram estáveis em 2023. A estabilidade nos últimos anos sugere consolidação de uma política pública mais estruturada voltada à prevenção de desastres naturais. Em comparação com os níveis municipal e regional, o estado demonstra maior compromisso e previsibilidade nos investimentos, o que é crucial para a redução de riscos e a promoção da resiliência ambiental e urbana (Gráfico 24).

Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres, Porto de Moz x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 243/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 554/hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.





ODS14 VIDA NA ÁGUA

Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.

O Objetivo 14 está diretamente ligado à questão climática, pois os oceanos desempenham um papel fundamental no equilíbrio do clima global. Segundo a Plataforma 2030, aproximadamente 40% dos oceanos do planeta já sofrem impactos significativos causados por atividades humanas, como a poluição e a pesca predatória. Esses danos, muitas vezes impulsionados pela exploração desenfreada dos recursos marinhos, resultam principalmente na destruição de habitats e na introdução de espécies invasoras em ecossistemas frágeis, comprometendo a biodiversidade e o equilíbrio ambiental.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 14**: Despesa per capita com preservação aquática.

Despesa per capita com preservação aquática

Porto de Moz apresentou um crescimento expressivo e contínuo nas despesas per capita com preservação aquática. O valor partiu de R\$ 195 em 2019, subiu para R\$ 261 em 2020, alcançando R\$ 376 em 2022 e disparando para R\$ 890 em 2023. Esse avanço notável, especialmente entre 2022 e 2023, sinaliza a priorização da agenda ambiental aquática no município, o que pode estar relacionado à importância dos recursos hídricos locais e à implementação de políticas específicas para conservação de rios, lagos ou áreas úmidas estratégicas (Gráfico 25).

Na Região de Integração Xin-



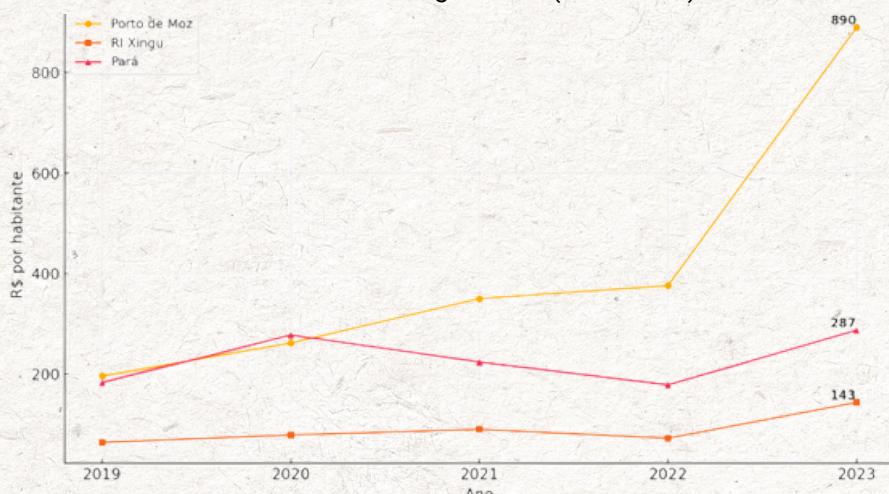
gu, o comportamento do indicador foi mais contido, com crescimento moderado. Os valores oscilaram de R\$ 64 em 2019 para R\$ 143 em 2023, com pequenas variações ao longo dos anos. Apesar de apresentarem um crescimento positivo, os valores continuam muito inferiores aos registrados em Porto de Moz e no estado como um todo, o que pode indicar limitação orçamentária ou ausência de políticas

regionais integradas voltadas especificamente à preservação dos corpos d'água (Gráfico 25). O estado do Pará manteve níveis relativamente estáveis até 2022, com valores entre R\$ 184 e R\$ 286, e apresentou novo crescimento em 2023, atingindo R\$ 287. Esse comportamento sugere certo compromisso com a preservação aquática, ainda que sem o mesmo ritmo acelerado observado em Porto de Moz.



A estabilidade estadual pode indicar uma abordagem mais distribuída e de longo prazo, enquanto o salto no município pode estar atrelado a projetos pontuais ou à intensificação de programas locais com forte financiamento. A diferença entre as esferas reforça a importância de alinhar as estratégias municipais, regionais e estaduais para garantir maior efetividade na preservação dos recursos hídricos (Gráfico 25).

Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, Porto de Moz x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Fonte: Portal da Transparência Federal e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 890/hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 300/Hab. Portanto, a meta foi alcançada.

ODS15 VIDA TERRESTRE

O Objetivo 15 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU está diretamente ligado à preservação da biosfera, ao propor a proteção, recuperação e o uso sustentável dos ecossistemas terrestres. Entre suas metas estão a gestão sustentável das florestas, o combate à desertificação, a reversão da degradação do solo e a contenção da perda de biodiversidade. Todos os seres vivos dependem do meio ambiente para atender às suas necessidades básicas de sobrevivência, como acesso à água, alimento, ar e abrigo. Embora animais e plantas consigam se adaptar ao ambiente em que vivem, essas adaptações ocorrem de forma gradual e têm limites, especialmente diante dos altos níveis de degradação ambiental que comprometem sua sobrevivência.

Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 15**: Percentual da Área de Floresta em relação à área total e Percentual da Área desmatada em relação à área total.



Percentual da Área de Floresta em relação à área total

No município de Porto de Moz, observou-se uma tendência de queda contínua na cobertura florestal ao longo do período analisado. Em 2019, aproximadamente 67% da área total era coberta por floresta, percentual que caiu progressivamente até atingir 58,1% em 2022, permanecendo nesse patamar em 2023. Essa trajetória indica um processo de desmatamento consistente, provavelmente impulsionado por pressões do setor agropecuário, expansão urbana desordenada ou exploração madeireira. A estabilização em 2023 não representa necessariamente reversão da tendência, podendo apenas refletir um momento de pausa ou subnotificação (Gráfico 26). Na Região de Integração Xingu, o comportamento foi semelhante até 2022, com redu-

ção do percentual de floresta de 82% para 57,9%. No entanto, em 2023 houve uma recuperação significativa, atingindo 77,3%. Esse aumento pode ser explicado por ações de reflorestamento, reavaliações metodológicas, ou maior eficiência na fiscalização ambiental.

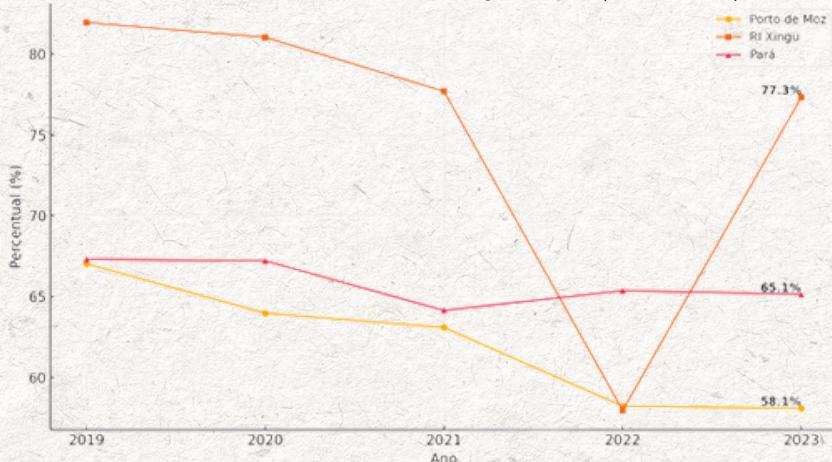
Apesar disso, a forte queda anterior e o padrão de oscilação reforçam a instabilidade



das políticas de conservação na região, exigindo acompanhamento mais rigoroso (Gráfico 26).

No estado do Pará, o indicador manteve-se mais estável, com variações sutis entre 67,3% e 65,1%. A leve redução ao longo dos anos aponta para uma perda de cobertura florestal ainda presente, embora em ritmo menos acelerado que nas escaras municipais e regionais. A estabilidade pode ser reflexo de políticas estaduais de conservação ou da concentração do desmatamento em áreas específicas. Ainda assim, o índice reforça a necessidade de políticas de preservação mais abrangentes e territorializadas, especialmente voltadas a municípios como Porto de Moz, onde a pressão sobre os recursos florestais é mais intensa (Gráfico 26).

Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Porto de Moz x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 58,1%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 80%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



Percentual da Área Desmatada em relação à área total

Em Porto de Moz, o percentual da área desmatada em relação à área total seguiu trajetória ascendente, aumentando de forma preocupante. O gráfico revela que, a cada ano, parcelas maiores do território foram sendo comprometidas por atividades que resultaram na remoção da vegetação nativa. Esse crescimento contínuo do desmatamento está diretamente relacionado à queda do indicador de cobertura florestal, evidenciando o avanço de práticas predatórias sobre os ecossistemas locais, com possíveis impactos negativos sobre biodiversidade, clima e qualidade de vida da população (Gráfico 27).

Na Região de Integração Xingu, a área desmatada também apresentou crescimento

consistente entre 2019 e 2022, com possível recuo em 2023 – movimento inversamente proporcional ao aumento recente da cobertura florestal. A inversão da tendência pode refletir a atuação de políticas públicas regionais ou aumento da fiscalização ambiental, além de mudanças nos padrões produtivos locais. Apesar da aparente melhoria, o nível de desmatamento acumulado ainda exige atenção, sobretudo para garantir a recuperação da vegetação e a preservação dos recursos naturais (Gráfico 27).

No estado do Pará, o aumento da área desmatada foi mais contido em relação às escalas inferiores, porém ainda perceptível. O crescimento foi mais suave e parece ter se

estabilizado nos dois últimos anos, possivelmente como resultado de esforços estaduais de controle ambiental. Essa relativa estabilidade, no entanto, não pode ser encarada como sinal de resolução, pois o desmatamento continua afetando áreas importantes da Amazônia paraense. A análise sugere que os desafios são maiores nos municípios e regiões mais interioranas, exigindo estratégias diferenciadas e mais recursos voltados à gestão ambiental local (Gráfico 27).

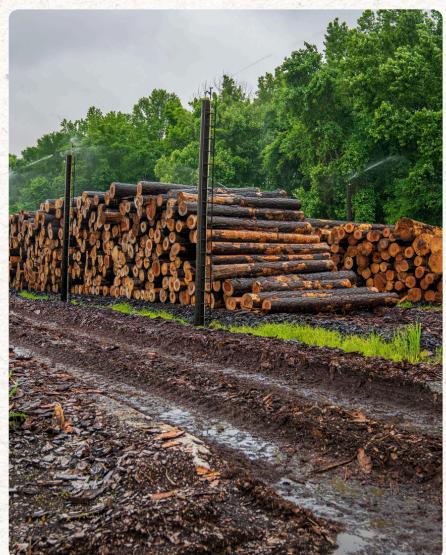
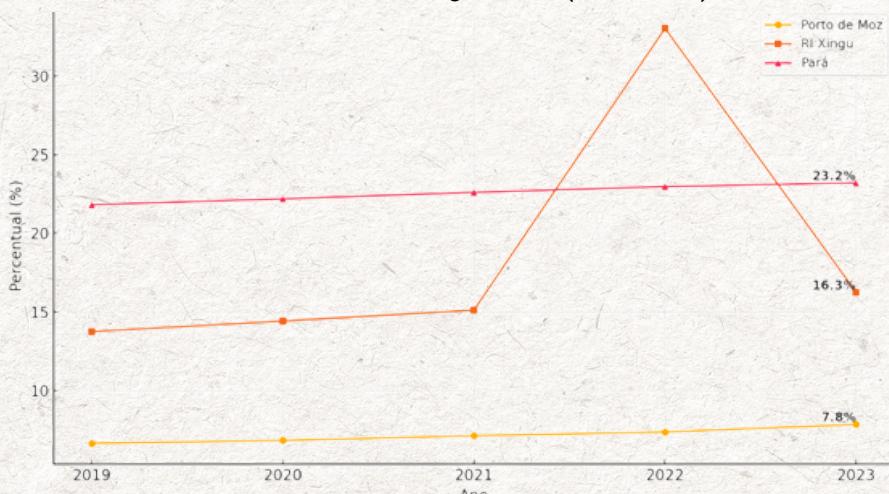


Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Porto de Moz x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 7,8%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 1%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

O Objetivo 16 tem como foco principal promover sociedades pacíficas e inclusivas, garantir o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis. Os conflitos, tanto regionais quanto globais, fazem parte da história há séculos. Apesar dos esforços de instituições como a ONU para promover a paz mundial, ainda há um longo caminho a percorrer. Por isso, fortalecer o Estado de Direito, assegurar os direitos humanos, promover a estabilidade por meio de uma governança eficiente e garantir ambientes de paz são ações fundamentais para o avanço do desenvolvimento sustentável.

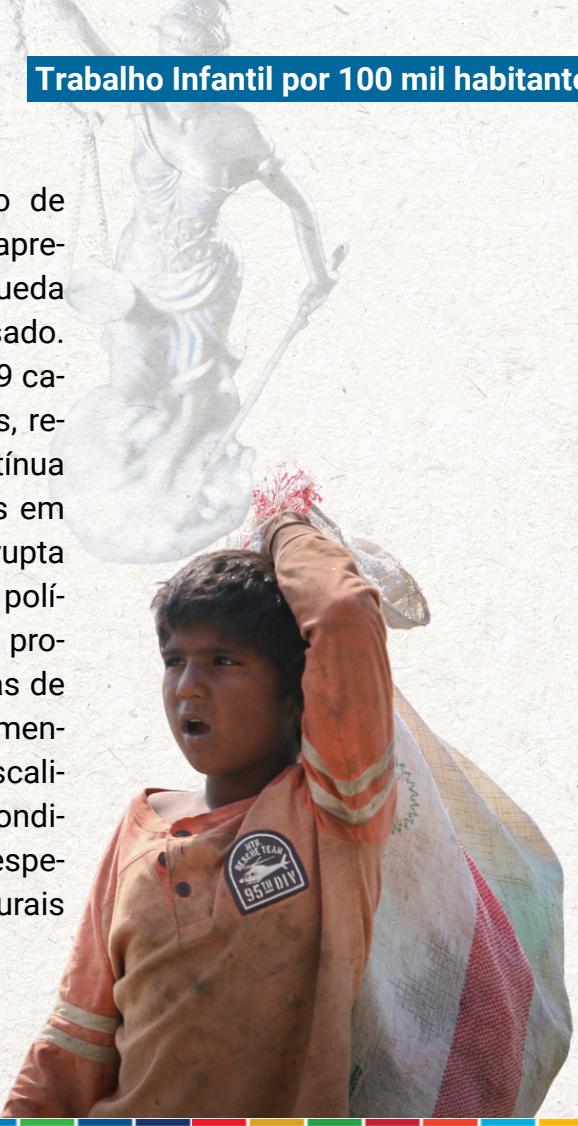
Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 16**: Trabalho Infantil por 100 mil habitantes e Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.

Trabalho Infantil por 100 mil habitantes

No município de Porto de Moz, o trabalho infantil apresentou uma expressiva queda ao longo do período analisado. Em 2019, a taxa era de 48,9 casos por 100 mil habitantes, reduzindo-se de forma contínua até atingir apenas 2 casos em 2023. Essa redução abrupta pode refletir a eficácia de políticas públicas locais de proteção à infância, programas de transferência de renda, aumento da escolarização ou fiscalização mais intensa das condições de trabalho infantil, especialmente em áreas rurais (Gráfico 28).

Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

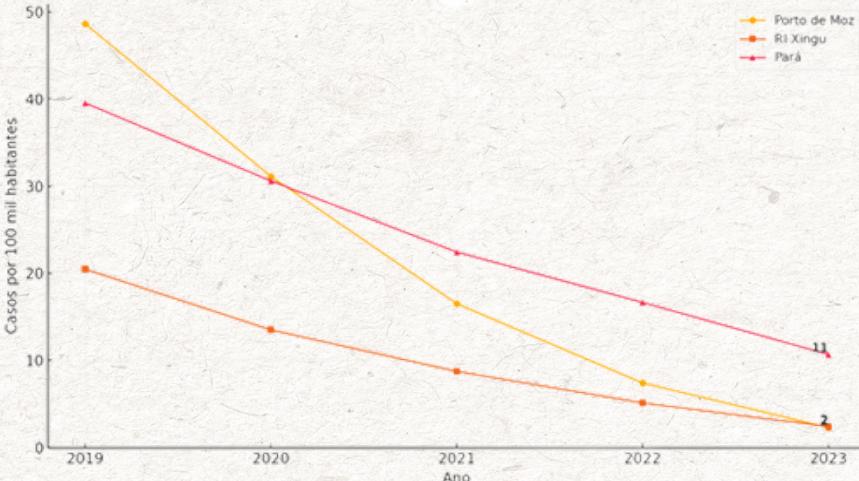
Na Região de Integração Xingu, a tendência de queda também foi significativa, passando de 20,6 casos por 100 mil habitantes em 2019 para apenas 2,3 em 2023. O declínio, embora menos acentuado do que em Porto de Moz, confirma um movimento regional de enfrentamento ao trabalho infantil, provavelmente amparado por iniciativas intermunicipais ou estratégias de atuação conjunta com órgãos federais e estaduais. Ainda assim, os valores iniciais mais baixos sugerem que a RI já partia de um patamar menos crítico em 2019 (Gráfico 28).





No estado do Pará, o indicador caiu de 39,6 para 11,4 casos por 100 mil habitantes entre 2019 e 2023. Essa redução consistente é positiva e revela um avanço significativo em âmbito estadual na proteção dos direitos das crianças e adolescentes. Contudo, apesar da melhora, o patamar final ainda está acima das médias observadas em Porto de Moz e na RI Xingu, o que indica que algumas regiões do estado ainda enfrentam desafios consideráveis no combate ao trabalho infantil, sobretudo em áreas economicamente vulneráveis (Gráfico 28).

Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Porto de Moz x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 2 Pessoa/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoa/100 mil hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes

No município de Porto de Moz, a taxa de homicídios variou de forma acentuada ao longo do período. Em 2019, o índice era de 24,3, mas caiu para 9,6 em 2020. Em 2021, houve um pico preocupante, atingindo 37,9 homicídios por 100 mil habitantes, possivelmente associado a conflitos locais ou falhas na segurança pública. A taxa voltou a cair nos anos seguintes, encerrando 2023 com 32,2, o que, apesar da redução, ainda representa um índice elevado e motivo de atenção quanto à violência urbana e rural no município (Gráfico 29).

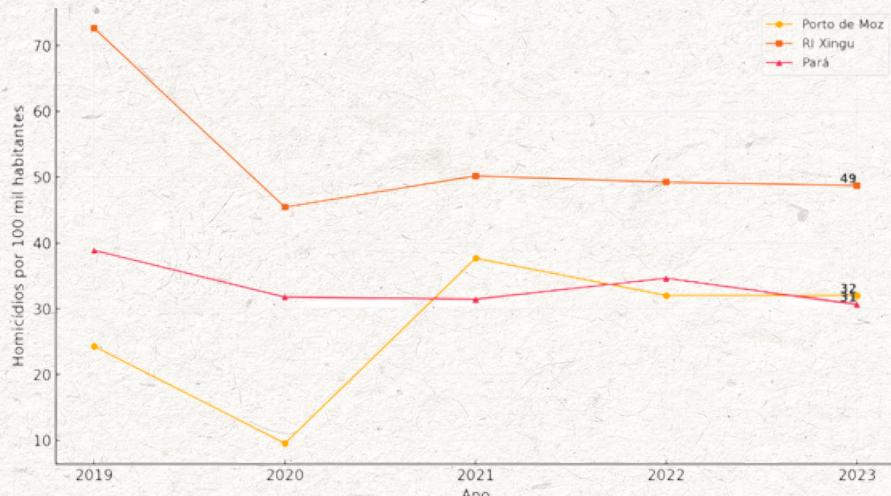
Na Região de Integração Xingu, a taxa iniciou em um patamar extremamente alto em 2019 (72,7), caindo significativamente para 45,8 em 2020 e mantendo-se relativamente estável até 2023, quando registrou 49,3 homicídios por 100 mil habitantes. Embora a redução inicial tenha sido expressiva, os níveis permanecem críticos e colocam a RI entre as mais violentas do estado. Esses dados sugerem que, apesar de algum progresso, os desafios ligados à criminalidade, tráfico e conflitos fundiários ainda são graves na região (Gráfico 29).

No estado do Pará, a taxa se manteve mais estável ao longo dos anos, variando entre 39,3 e 31,3 homicídios por 100 mil habitantes. A tendência de queda, embora menos intensa que nas escala municipal e regional, demonstra certo controle da violência em âmbito estadual. Ainda assim, o índice final de 31,3 em 2023 ainda configura um nível elevado segundo padrões internacionais, apontando que a segurança pública segue como uma das áreas críticas de gestão no estado, especialmente nas regiões mais interiorana (Gráfico 29).



Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Porto de Moz x RI Xingu x Pará (2019-2023)

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 32 Pessoas/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoas/100 mil hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



Fonte: DATASUS e IBGE.

ODS17 PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO

O Objetivo 17 tem como meta fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global em prol do desenvolvimento sustentável. Uma de suas principais diretrizes destaca a importância da cooperação entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, promovendo a colaboração internacional como caminho para alcançar a sustentabilidade. Isso inclui a adoção de políticas que ajudem a reduzir desigualdades e a reestruturar desafios comuns, por meio de soluções conjuntas e solidárias.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 17**: Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB e Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.).

Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.





Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB

Entre 2018 e 2022, o município de Porto de Moz apresentou uma elevação considerável nos gastos públicos em relação ao seu PIB. O indicador iniciou em 38,9% em 2018, teve um leve aumento em 2019 (41,4%), mas recuou para 38,0% em 2020. A partir de 2021, houve um salto expressivo, atingindo 52,9%, patamar que se manteve em 2022. Esse crescimento pode indicar um aumento proporcional da máquina pública municipal ou uma retração do PIB com manutenção dos gastos, resultando em maior peso das despesas públicas na economia local (Gráfico 30).

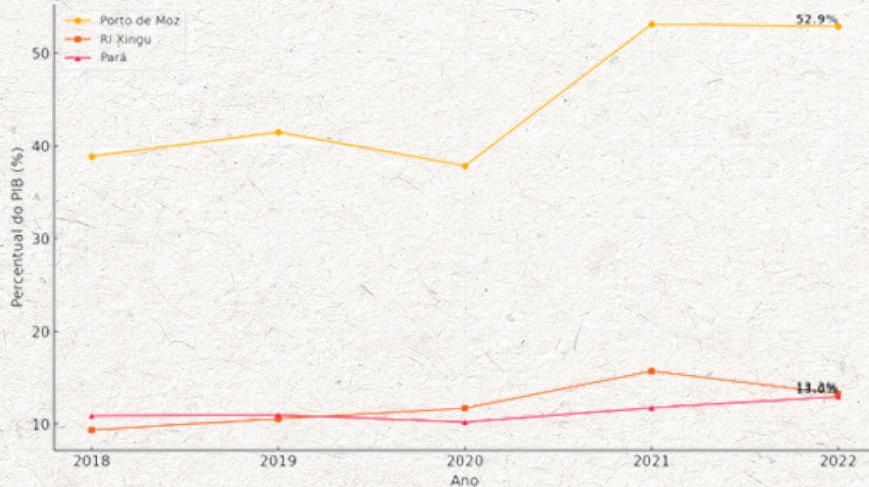
Na Região de Integração Xingu, a evolução do indicador

também foi de crescimento, embora em níveis bem mais moderados. Em 2018, o gasto representava 9,2% do PIB regional, subindo de forma constante até alcançar 15,5% em 2021, e reduzindo-se levemente para 13,6% em 2022. Esse comportamento sugere que os municípios da região têm ampliado suas despesas em ritmo alinhado com a capacidade econômica, ainda que sem saltos abruptos, refletindo um possível esforço regional de fortalecimento das estruturas públicas locais (Gráfico 30).

No estado do Pará, os gastos públicos municipais como percentual do PIB apresentaram uma trajetória de cresci-

mento contínuo e mais linear, partindo de 10,8% em 2018 para 13,4% em 2022. Essa elevação gradual revela um aumento proporcional das despesas municipais em relação ao desempenho econômico estadual, o que pode refletir tanto o fortalecimento das políticas públicas locais quanto a relativa estagnação da economia paraense em algumas regiões. Ainda assim, os valores mais baixos em comparação a Porto de Moz demonstram que o município está muito acima da média estadual no que diz respeito ao peso do setor público sobre a economia local (Gráfico 30).

Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Porto de Moz x RI Xingu x Pará (2018-2022)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 52,9%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 36%. Portanto, a meta foi alcançada.



Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.)

Entre 2019 e 2023, a taxa de acesso à banda larga fixa em Porto de Moz apresentou uma trajetória marcada por oscilações, mas com um avanço expressivo no último ano. O indicador iniciou em 0,9 pontos por 100 habitantes em 2019, subiu para 1,6 em 2020, mas sofreu uma queda acentuada em 2021, atingindo apenas 0,3. A partir de 2022, houve uma recuperação gradual, chegando a 1,1, e em 2023 ocorreu um salto significativo, alcançando 5 pontos. Essa melhora recente pode estar relacionada a investimentos pontuais em infraestrutura digital, expansão de serviços privados ou políticas de inclusão digital no município (Gráfico 31).

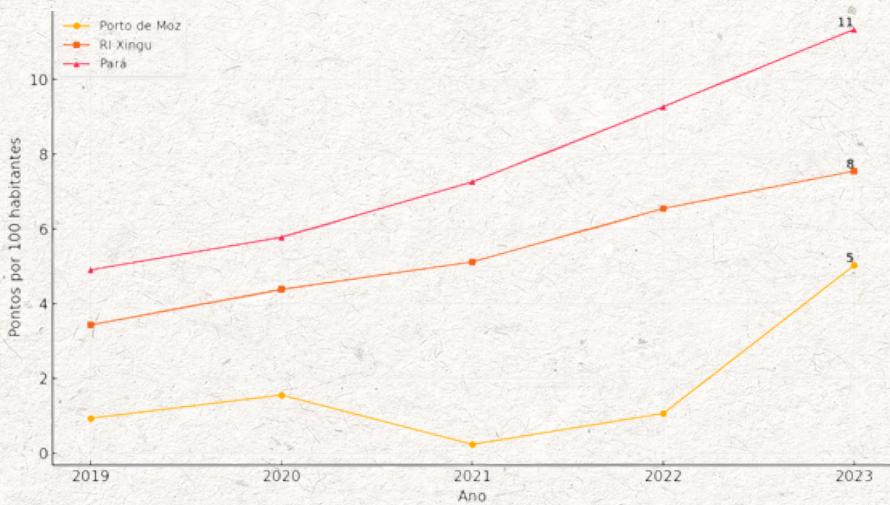
Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 5 Pontos/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 9 Pontos/100 hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

Na Região de Integração Xingu, o crescimento foi mais constante e progressivo ao longo do período. A taxa partiu de 3,4 em 2019 e cresceu de forma contínua até atingir 8 pontos por 100 habitantes em 2023. Esse comportamento revela um esforço regional mais estável na ampliação do acesso à internet, possivelmente impulsionado por demandas crescentes de conectividade, especialmente durante e após a pandemia, e por maior atratividade comercial para operadoras atuarem em centros urbanos regionais (Gráfico 31).

No estado do Pará como um todo, o indicador mostrou desempenho ainda mais robusto. Partindo de 4,9 pontos por 100

habitantes em 2019, a taxa quase dobrou em quatro anos, chegando a 11 em 2023. Essa evolução reflete o avanço da conectividade em áreas mais desenvolvidas do estado e possivelmente o apoio de políticas públicas voltadas à inclusão digital e expansão de infraestrutura. Apesar do progresso em Porto de Moz, o município ainda se encontra consideravelmente abaixo da média estadual, o que evidencia desigualdades territoriais no acesso à internet fixa, com desafios persistentes em localidades mais isoladas (Gráfico 31).

Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Porto de Moz x RI Xingu x Pará (2019-2023)



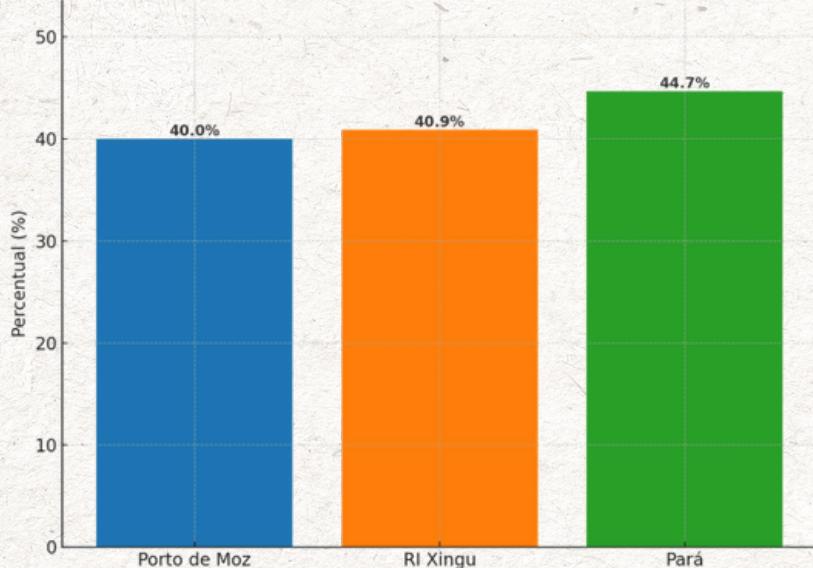
Fonte: ANATEL e IBGE.

Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS)

Os 31 indicadores apresentados neste material representam uma seleção dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) monitorados para o município, que totalizam 88 indicadores no conjunto. Utilizando a metodologia de cálculo do Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS) recomendada pela ONU para 2025 – e adotada pelo Observatório ODS-FAPESPA – foi possível obter os resultados consolidados para o estado, a região e o município com base nesses 88 indicadores.

No ano de 2025 o município de **Porto de Moz** registrou um IDS de **40%** (gráfico 32).

Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Porto de Moz x RI Xingu x Pará (2025)



Referências

CHAVES, 2023. **Nota Técnica - Metodologia para Elaboração dos Relatórios ODS Municipais.** In: Observatório ODS-FAPESPA. Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA). Belém-PA, 2024. Disponível em: <<https://tinyurl.com/5bcr9vf8>> Acesso em 17/02/2025.

SDSN - Sustainable Development Solutions Network. **Metodologia: Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades.** Disponível em: <<https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/methodology>> Acesso em 21/03/2025.



Anexo I

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027

O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Para avançar nesse sentido, constituem-se como referências ao processo de elaboração do PPA 2024-2027, os documentos que compõem a sua base estratégica:

- Plano de Governo 2023 – 2026.
- Planos Setoriais de médio e longo prazos.
- Agenda 2030 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS).

No Plano de Governo 2023-2026 estão propostas as diretrizes, eixos, os projetos estruturantes e as prioridades governamentais para esse período, que abrange 3 anos do PPA ora proposto e reverbera, de acordo com o princípio da continuidade, planos e ações a serem conduzidas na gestão que se sucede.

A partir desta referência, foram definidas as diretrizes estratégicas do PPA 2024-2027.

Figura 1 - Plano de Governo 2020-2023 e Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.

Os planos estratégicos setoriais, por sua vez, apresentam perspectiva de médio e longo prazos para políticas públicas específicas, como meio ambiente, educação, saúde e segurança pública, dentre outras.

Cabe ressaltar, sob o protagonismo que a questão ambiental alcança em todas as áreas e setores da sociedade, a opção do Governo Estadual em evidenciar, em seu principal instrumento de planejamento, as ações do Plano

Estadual Amazônia Agora (PEAA), instituído em 2020 na atual proposta do PPA 2024-2027, a fim de dar maior transparência e solidez a essa política pública. Para tanto, necessitou-se proceder o alinhamento desde os níveis estratégicos dos dois instrumentos, para então, em conjunto com os responsáveis pela formulação e execução da política de meio ambiente no Estado, delinear no plano tático as necessárias identificações.



Figura 2 - Eixos Estratégicos e Ações PEAA – PPA 2024-2027 Densidade de Ações do PEAA, por Eixo



Fonte: Seplad, 2023.

Por sua vez, a Agenda 2030, enquanto articula as políticas públicas e os planos setoriais à agenda internacional, dispõe por organizações multilaterais, apresenta-se novamente como referência para a elaboração de mais um ciclo de PPA estadual.

Conforme sintetizado no Manual do PPA 2024-2027 (pag. 13 a 14), a adesão voluntária do Governo do Estado à Agenda 2030 das Organizações das Nações Unidas (ONU), oficializada em 2019, ganha relevância a cada exercício, dada sua contextualização e adaptação à realidade amazônica.

O reconhecimento multissetorial dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) para o enfrentamento de problemas estruturantes e sua relação com os níveis de desi-

gualdades nacionais e subnacionais, vai ao encontro dos pilares do planejamento governamental estadual. Portanto, ao propor o alinhamento das metas dos ODS aos objetivos estratégicos do Plano Plurianual, em 2020, o Governo cria bases para a institucionalização da agenda afetas aos órgãos executores das políticas públicas setoriais, sob responsabilidade estadual.

Importante considerar que os objetivos da Agenda 2030 agregam as relações causais intrínsecas acerca do desenvolvimento adotado pelas nações, estados e municípios. Nessa linha, a proximidade com o nível estratégico estadual determina maior aderência na definição de eixos e prioridades, aprimora a visão para as oportunidades de interlocução regional e desdobramen-

interfederativos, mediante a robustez das soluções perante os conflitos e mudanças em diversas escalas.

No nível tático (Programas), o atrelamento às ações e metas regionalizadas previstas no arcabouço e atributos do PPA demarcam a execução desconcentrada, a composição de recursos e as estratégias de territorialização. A Figura 4 apresenta a consolidação do alinhamento dos Programas Temáticos propostos no PPA 2024-2027 e os ODS.



Convém ressaltar que, à medida em que os instrumentos de planejamento buscam o aperfeiçoamento do monitoramento e avaliação do desempenho e de resultados, a centralidade das agendas estaduais e globais aproximam-se da ação direta (prestação de serviços públicos) e sua implicação nos objetivos estratégicos de cada diretriz.

Portanto, as dimensões estratégicas do PPA que orientam as correlações aos ODS, a amplitude da institucionalização e os

avanços para a adoção de indicadores mais apropriados às variáveis características aos problemas transversais, demonstram a importância do aprimoramento da gestão e do processo de governança, pontos norteadores do Gestão Estadual.

As Diretrizes Estratégicas partem de um direcionamento da alta gestão e orientam a elaboração da ação governamental em seus instrumentos de planejamento. No PPA 2024-2027, a essas Diretrizes foram encadeados 11 eixos de atuação (temáticos), aos quais se congregaram objetivos estratégicos que guiarão a implementação das políticas públicas na gestão estadual.

Figura 3 - ODS e Programas Temáticos – PPA 2024-2027 Densidade de Programas nos ODS



Fonte: Seplad, 2023.

Sociedade de Direitos

O reconhecimento das desigualdades sociais no Estado do Pará e seus efeitos ao desenvolvimento humano demarca a função estatal quanto à implantação e ampliação do acesso às políticas governamentais. Fundamentada nos princípios dos direitos sociais, essa diretriz abrange os macros objetivos e o conjunto de iniciativas direcionadas à promoção e execução das políticas sociais, quais sejam: saúde, educação, direitos socioassistenciais, segurança pública, cultura, esporte e lazer, além de ações afirmativas da área trabalho e renda.

Figura 4 - Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.



A contextualização dos indicadores sociais, econômicos e ambientais descontina as dimensões socioterritoriais. Dentre os relacionados à distribuição de renda, o rendimento mensal domiciliar per capita (IBGE), em 2022, alcançou o valor R\$1.061,00, ocupando a 20ª posição entre as 27 unidades da Federação Brasileira e o Distrito Federal. Sobre o mercado de trabalho, observa-se que, no mesmo ano, houve decréscimo nas taxas de desocupação, evidenciando melhoria no nível de emprego, cuja taxa de desocupação de 8,2% foi menor em 2,8 pontos percentuais em relação ao ano de 2021, quando registrou o percentual de 11%. No primeiro trimestre de 2023, constatou-se que a taxa de desocupação no Pará reduziu para 9,8%, e no mesmo período de 2022, esta taxa era de 12,2%. Porém, segundo dados da PNADC/IBGE, ainda se mantém um número de 658 mil pessoas desempregadas e desalentadas, o que exige políticas públicas de indução do emprego.

Importante considerar, ainda, o tamanho da economia informal no estado que atinge 60% da população economicamente ativa, que inclui trabalhadores da iniciativa privada e trabalhadores domésticos, sem carteira assinada, empregador e conta própria sem CNPJ e trabalhador familiar auxiliar.

Tais variáveis contém importante correlação aos marcos de avaliação educacional, a exemplo da Taxa Distorção Série-Idade registrada pelo Censo Escolar 2022 (Nível Fundamental: 23,2%; Médio: 40,9%), da Taxa de Abandono Escolar (Nível Fundamental: 3,1%; Médio: 10,8%) e do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica- Ideb (3ºano do Ensino Médio: 3,2%) que exprimem o hiato na formação educacional e reforçam o alcance de melhores patamares, mediante as tendências contemporâneas e potenciais no mercado formal, ampliação das oportunidades coletivas e autônomas de trabalho e renda. O acesso e fusão de co-

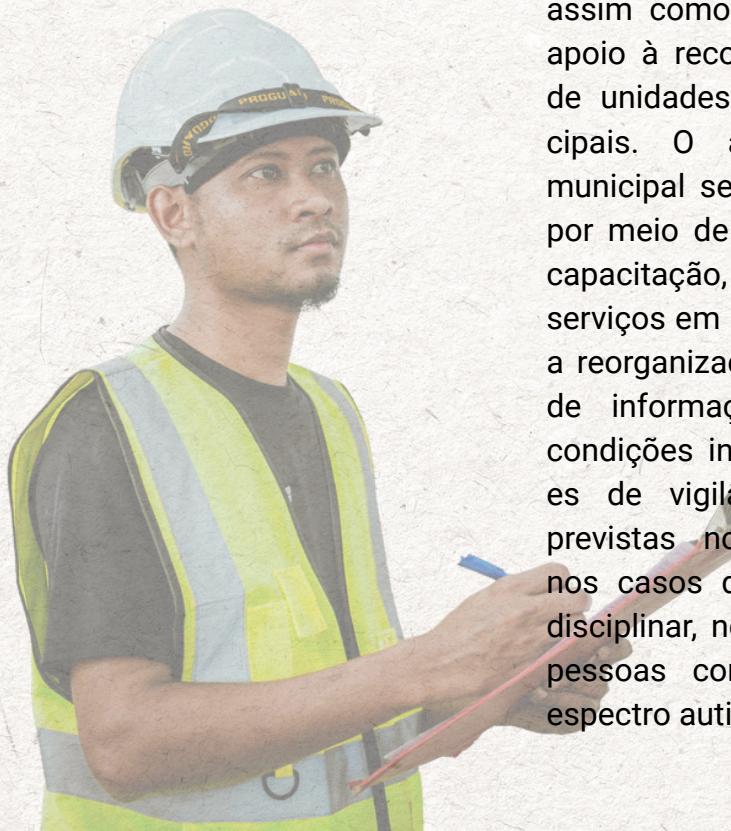
nhecimento - condicionante à entrada e permanência no mundo do trabalho - torna-se essencial, também, para avanços/preservação das atividades socioeconômicas desenvolvidas pelos povos tradicionais, quilombolas e indígenas.

Outro aspecto resultante das situações de vulnerabilidade social é a dependência das ações e benefícios que integram os direitos socioassistenciais, previstos no SUAS. No Estado do Pará, os registros no Cadastro Único de Programas Sociais (CadÚnico) já alcançam, em 2023, 65% da população do estado. Adicionalmente, o Governo implementa ações e programas de Segurança Alimentar e Nutricional, sendo lançado em 2023, o Programa Pacto contra a Fome, com previsão de recursos de R\$124 milhões para os próximos quatro anos, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), alinhado a diversos programas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).





Na área trabalho e renda, amplia-se oferta de capacitação a grupos específicos da cidade e do campo (mulheres, LGBTQIAPN+, ribeirinhos e quilombolas e povos indígenas), além de política de microcrédito, por meio do CredCidadão e linhas de fomento pelo Banpará. Comporta ainda, nesta dimensão, o apoio à formação, orientação e intermediação da mão de obra ao mercado de trabalho, com atenção à acessibilidade e inclusão produtiva. Em 2022, por meio do Sine, 1.227 pessoas com deficiência foram encaminhadas ao mercado formal de trabalho, sendo contratados 310 profissionais pelo Qualifica Pará e 20 mil pessoas foram capacitadas em todo estado.



Ancorada no Sistema Único de Saúde (SUS), a política de saúde requer atenção multidisciplinar e consolidação das responsabilidades interfederativas. O cenário pós-pandemia Covid-19 move a retomada das demandas e atendimentos eletrônicos represados em todos os níveis. Na atenção primária, dentre outras, são prioridades a prevenção da mortalidade infantil e materna, e também a cobertura vacinal, que alcançou 44% da meta estadual prevista no ano de 2022. No campo da média e alta complexidade, destacam-se os esforços para desconcentração dos serviços especializados de saúde em 16 estabelecimentos de saúde de execução direta da gestão estadual, com capilaridade nas doze regiões de Integração, assim como, a ampliação do apoio à reconstrução/reforma de unidades de saúde municipais. O apoio à gestão municipal se efetiva, também, por meio de cofinanciamento, capacitação, pactuação de serviços em rede, fortalecendo a reorganização dos sistemas de informações em saúde, condições intrínsecas às ações de vigilância em saúde previstas no SUS, inclusive, nos casos de atenção multidisciplinar, no atendimento de pessoas com transtorno de espectro autista -TEA.

A contextualização da Segurança Pública no âmbito estadual está preconizada no Plano Estadual, instrumento norteador das ações regionalizadas de prevenção e defesa social. Os indicadores sobre a violência contra a mulher, juventude, além de acidentes e mortes no trânsito revelam o tamanho dos desafios e exigem estratégias preventivas, intervenção multidisciplinar e intersetorial. Importante destacar que, a partir das metas institucionais do Sistema de Segurança Pública, o Pará passou a ser reconhecido pelos esforços adotados para a redução dos índices de criminalidade, considerando a série histórica entre 2018 e 2021, relacionado a Mortes Violentas Intencionais (MVI), apontado pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2023).





As intervenções preventivas em territórios vulneráveis, especialmente nas áreas metropolitanas, originaram a implementação de nove Usinas da Paz, estratégia do Programa Territórios da Paz, congregando um conjunto de ações, parcerias e prestação de serviços de diversas políticas públicas para a população do entorno. Há oferta de capacitação a jovens e adultos, esporte e lazer às crianças e encaminhamentos para acesso à rede de serviços públicos, iniciativas que apontam caminhos para a profissionalização e oportunidades que contribuem para a redução dos índices de violência local.

A cultura, esporte e lazer desempenham protagonismo para o bem-estar social, inclusão e identidade patrimoni-

al material e imaterial do povo paraense. A implementação e gestão de espaços, ampliação do apoio às diversas manifestações culturais, acesso à leitura e aos programas socioesportivos de incentivo ao atleta e ao esporte educacional, são compromissos, dada sua complementariedade ao desenvolvimento social, local e regional. A implantação de projetos como o Porto Futuro I e II e Parque da Cidade constituem iniciativas que impactam no ambiente urbano, coletivo e acessível à população, na Região Xingú, e importam em investimentos, como tantos outros previstos neste PPA, que também serão fundamentais na perspectiva da realização da COP30, em Belém, em 2025.

A implementação de progra-

mas e ações de enfrentamento às violações de direitos responde às situações de vulnerabilidades afetas a cada segmento populacional. Neste sentido, a rede de atendimento especializada (proteção e apoio socioassistencial, socioeducação e direitos humanos) será o suporte para convergência a outros programas destinados a mulheres, LGBTQIAPN +, povos indígenas, crianças e adolescentes, pessoas com deficiência, idosos e demais grupos e em situação de risco pessoal e social. Essa dimensão é regida pelo protagonismo do controle social, cujos conselhos de direitos e as demais organizações setoriais constituem arena política para avaliação da efetividade e transparência das políticas públicas.

Crescimento inteligente

O desenvolvimento orientado para a sustentabilidade ambiental, econômica e social constitui-se enquanto premissa do planejamento estadual. Entre as potencialidades naturais e os desafios territoriais urbanos e rurais, a ação governamental perpassa pela diversidade socioambiental e pressão climática global, exigindo a intensificação do apoio, indução, fomento, regulação e execução de políticas públicas diferenciadas.

As ações governamentais estaduais estão estruturadas em planos multisetoriais, tal como o Plano Estadual de Mudanças Climáticas,

Programa Estadual Amazônia Agora e Plano Estadual da Bioeconomia. O Programa de Atuação Integrada Territórios Sustentáveis, a ampliação do Programa Regulariza Pará e a criação de instrumentos de incentivo, como o Fundo da Amazônia Oriental (FAO), o Fundo Garantidor para Pequenos Produtores da Bioeconomia (FGP PIB) e o BANPARÁ-BIO, compõem iniciativas significativas para integração e viabilização das agendas públicas. Ademais, ressalta-se a implementação de mecanismo estadual para a Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal - REEDS. Os impactos



dessas medidas, ao mesmo tempo em que ampliaram a capacidade de captação de recursos e parcerias, contribuíram para resultados como a diminuição dos níveis de desmatamento, que em 2023, alcançou 32,6% em relação a 2022.

Portanto, o papel indutor do estado reconfigura-se à medida das transformações e adequações dos modelos adotados com forte dinâmica ao mercado externo, para maior encadeamento produtivo endógeno e inclusivo economicamente. Nesse sentido, o Projeto Descarboniza Pará é exemplo de estratégia multisectorial junto ao Ministério da Economia, que prevê a injeção de capital internacional na ordem de 300 milhões de dólares, cujo investimento será direcionado para implementação de políticas públicas de meio ambiente e desenvolvimento do Pará, com ênfase no processo de transformação para uma economia de baixo carbono. Um dos eixos de intervenção, baseado nos contornos geopolíticos e econômicos estaduais e regionais, refere-se à ampliação de condições de logística e infraestrutura, tal como transportes em diferentes modais e regiões, pavimentação e melhorias de estradas estaduais e ampliação do apoio às vicina-

is, com o intuito de garantir locomoção e escoamento da produção, especialmente, gerada pelas organizações coletivas, familiares e autônomas. Nesse sentido, estão em andamento a construção de 11 terminais hidroviários de passageiros nos municípios de Porto de Moz na Região Tapajós, em Melgaço na Região Marajó, em Porto de Moz e Mocajuba na Região Tocantins, e em Belém (Xingú) no Distrito de Icoaraci.

As especificidades setoriais potencializam o foco nas atividades produtivas essenciais, a partir de arranjos e cadeias produtivas prioritárias e seus efeitos na consolidação de polos regionais: organização produtiva, redes de comercialização, capacidade de geração de ocupação produtiva e renda. Nesse contexto, o Plano Estadual de Bioeconomia, construído em 2022, definiu os eixos: Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação; Patrimônio Cultural e Conhecimento Genético; Cadeias Produtivas e Negócios Sustentáveis, que integram dentre outros, os programas de desenvolvimento do cacau, açaí, mandioca, abacaxi, cupuaçu, mel, pupunha e urucum, experiências produtivas mais cultivadas. A amplitude da sociobiodiversidade enseja a identificação e valorização das atividades florestais não madeireiras, con-

forme mostram as pesquisas e estudos amazônicos.

Importa enfatizar a força da agricultura familiar como agregadora de ocupação e renda e contribuição econômica local. Em 2022, mais de 400 mil pessoas foram beneficiadas, direta e indiretamente, com ações de apoio e fomento em todas as regiões de integração. Essa vinculação implicará no processo de desenvolvimento socioespacial rural e urbano, com vistas à redução das desigualdades regionais.

Considera-se, também, o comércio e serviços como importantes setores econômicos à geração de emprego e renda, constatando-se que esses segmentos viabilizaram 47,46 % de empregos formais na capital e interior em 2022. Ademais, a cadeia potencial do turismo integra produtos turísticos diversificados e regionalizados que agregam a promoção do artesanato, gastronomia e cultura amazônica. A ampliação do setor deve abranger novas rotas turísticas para além da capital e das regiões Baixo Amazonas e Marajó, sendo estes os destinos com maior demanda.



Enquanto condicionantes ao desenvolvimento e inovação, a ciência e tecnologia deverão receber maior incentivo estadual visando a ampliação da conectividade, estímulo ao acesso e apoio à estudos e pesquisa, inclusive para produção em escala local e regionalizada. Outro aspecto importante - reordenamento rural e urbano - demandará avanços na regularização fundiária, interlocução sub-regionais pactos federativos, especialmente as unidades de conservação

de uso sustentável e proteção integral, que representam 22% do território estadual. A dinâmica inerente ao crescimento e desenvolvimento estadual a médio e longo prazo vem sendo gerida a partir de programas intersetoriais e ganha relevância no âmbito estratégico, com a adesão do Estado à Agenda 2030; protagonismo do governo estadual em agendas regionais e globais, como a interlocução e apoio para a realização conjunta da COP 30 na cidade de

Belém; e a construção do Planejamento de Longo Prazo Pará 2050 (em andamento), evidenciando a perspectiva de novos caminhos, o que trará maiores responsabilidades na reversão e mitigação dos indicadores atuais, especialmente resultantes do modelos econômicos atuais, exclusão socioprodutiva e impactos ambientais.



Trabalho com responsabilidade

A continuidade da visão estratégica com sustentabilidade alinhada aos anseios sociais pressupõe responsabilidade pública e equilíbrio fiscal. Os componentes estruturantes para efetivação dos planos, quais sejam, os projetos componentes da ação pública governamental, obedecem ao arcabouço fiscal, tributário e previdenciário. Nessa lógica, o atendimento aos limi-

tes constitucionais e legais deve permear os critérios dos gastos previstos na formulação e execução dos instrumentos de planejamento como PPA, LDO e LOA. Portanto, o ciclo de entrada e saída de recursos públicos dinamiza o conjunto de prioridades e metas regionalizadas, orientando a definição de investimentos e ações continuadas por meio de pro-

gramas estratégicos. A definição de corresponsabilidade em diversos níveis organizacionais, atenção às especificidades orçamentárias, melhoria na arrecadação e captação de recursos vêm sedimentando condições para melhoria da capacidade de gestão, governabilidade e transparência perante as diretrizes e objetivos estratégicos definidos pela Gestão Estadual.



Gestão Pública Presente

Esta diretriz retrata a institucionalização da oferta de serviços à população, em todas as regiões, no lugar em que se faça necessária a presença do estado, conforme previsto nos programas estratégicos. Consciente das exigências quanto à competência e capacidade pública para a resolução das demandas da sociedade, urge a integração do conjunto de recursos, quer sejam eles humanos, materiais ou de conhecimento, que favoreçam o aumento da eficiência dos processos, eficácia e efetividade da ação governamental, em todos os territórios do estado.

Certamente, os desafios externos influenciáveis à gestão estadual requerem interpretação de cenários e ampliação da capacidade de resposta governamental. Dessa forma, as mudanças contemporâneas da sociedade nortearam o redimensionamento do estado com a criação de novas unidades, a exemplo da Secretaria da Mulher, Povos Indígenas, Direitos Humanos. No campo da modernização ambiental nos órgãos públicos estaduais, o Programa Energia Limpa visa a redução da utilização de fontes de energia não renováveis, dos custos de energia elétrica e contribuir para a mitigação

das mudanças climáticas. Nessa linha, a implementação dos programas de qualificação da gestão, as mudanças nas estruturas organizacionais e a modernização objetivam a inovação e o aperfeiçoamento dos métodos de planejamento, execução e avaliação institucional. O compromisso de dotar o estado de um instrumento de planejamento de longo prazo, a busca por novos modelos de gestão e captação de recursos e a transformação digital, são projetos conectados à necessária melhoria da accountability, transparência e o aprimoramento da governança pública.

*Texto extraído do **Plano Plurianual 2024-2027**, "O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Lei n.º 10.260, de 11 de dezembro de 2023 (Institui o Plano Plurianual do Estado para o período de 2024 a 2027).



FAPESPA

Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas

Avenida Presidente Vargas, nº670, Belém - PA

www.fapespa.pa.gov.br

